

SOCIALISTAS RECOLHEM ASSINATURAS CONTRA PORTAGENS NA CREL



Arranca hoje uma campanha de recolha de assinaturas contra a reposição de portagens na Circular Regional Exterior de Lisboa (CREL). Promovida pelo PS, a iniciativa visa mobilizar a sociedade civil para contestar esta decisão do Governo que é “injusta e errada”.

Os socialistas estão “solidários com os protestos e lutas” contra a instalação de portagens na CREL. A Jorge Coelho está atribuída a tarefa de dinamizar a campanha junto das populações dos concelhos afectados pela decisão e organizar a recolha de assinaturas, que depois serão entregues ao presidente da Assembleia da República.

► Página 7

JORNADAS PARLAMENTARES

DEPUTADOS APROVARAM PACOTE DE INICIATIVAS LEGISLATIVAS PARA A COMPETITIVIDADE

Os socialistas devem liderar a agenda política porque “não podem enclausurar-se na paupérrima agenda do Governo”, nem “esgotar-se nos casos mediáticos que pouco dizem às pessoas”. O aviso foi feito pelo líder parlamentar, António Costa, na sessão de abertura das Jornadas Parlamentares do PS, que decorreram nos passados dias 13 e 14, em Aveiro.

► Páginas 4,5 e 6

GOVERNO COMPROMETE MILHÕES DO FUNDO DE COESÃO PARA ÁGUA E SANEAMENTO

► Página 15

FERRO REÚNE COM PARTIDOS E PARCEIROS SOCIAIS PARA REFORMAR SISTEMA POLÍTICO

► Página 9

A SEMANA REVISTA

Realizaram-se na sexta-feira e no sábado as Jornadas Parlamentares do Partido Socialista em Aveiro, onde foi aprovado um pacote de iniciativas legislativas no âmbito da competitividade e da produtividade.

No seguimento da carta dirigida aos líderes dos partidos políticos e dos parceiros sociais, o secretário-geral do PS reuniu-se com o PCP, PSD, UGT, CGTP-IN e CIP.

Teve lugar na passada terça-feira a reunião semanal do Secretariado Nacional.

Convocada para análise da situação política reuniu-se ontem a Comissão Política.

Na sua qualidade de coordenador autárquico, Jorge Coelho presidiu em Braga ao encerramento do encontro distrital de autarcas.

A Secção de Desenvolvimento Sustentável do PS, a Federação de Beja e a Concelhia de Moura promoveram no passado sábado, um seminário sobre o "Programa integrado do desenvolvimento sustentável em Moura".

Sob a égide da eurodeputada socialista Maria Carrilho, pela primeira vez os embaixadores da Índia e do Paquistão junto d União Europeia reuniram-se em Bruxelas.

SEG. TER. QUA. QUI. SEX. SÁB. DOM.

BARRETES

ANTOONIO COLAÇO



EDITORIAL

RECUO CLARO, MAS INSUFICIENTE

O documento de estratégia para o audiovisual apresentado pelo Governo no passado dia 17 significa um evidente recuo político. O programa eleitoral do PSD propunha a extinção da RTP 2 e da Antena 2 da RDP e a alienação da Antena 3. O programa de Governo mantinha a alienação da Antena 3, já se referia mais nebulosamente à avaliação de um novo modelo para a Antena 2 e, não mencionando expressamente a RTP 2, defendia a concentração do serviço público de televisão num só canal, generalista, o que implicaria, como o próprio ministro Morais Sarmento fez questão de explicar na própria RTP, uma solução entre a alienação e a liquidação do segundo canal. Agora, a Antena 2 da RDP mantém-se – nem poderia ser de outro modo, tão flagrante crime de lesa-cultura seria o seu encerramento; a Antena 3 passa a exemplo de serviço público e o Governo finalmente reconhece que o conceito de serviço público inclui também um canal público nacional de explicar na própria RTP, uma solução entre a alienação e a liquidação do segundo canal. Agora, a Antena 2 da RDP mantém-se – nem poderia ser de outro modo, tão flagrante crime de lesa-cultura seria o seu encerramento; a Antena 3 passa a exemplo de serviço público e o Governo finalmente reconhece que o conceito de serviço público inclui também um canal público nacional de explicar na própria RTP, uma solução entre a alienação e a liquidação do segundo canal.

Este recuo mostra resultados concretos do amplo movimento de opinião que se gerou em defesa do serviço público de televisão e a atitude de oposição firme, mas construtiva, adoptada pelo PS. É um recuo sensato. Pena é que se tenha perdido tanto tempo com alaridos e violências políticas escusadas, cujo único responsável foi o Dr. Morais Sarmento.

Mas a proposta agora apresentada continua a suscitar fundadas críticas e preocupações. Em primeiro lugar, pelo que diz e o que não diz sobre o financiamento do serviço público. Enumeram-se medidas de redução de despesa, anuncia-se uma limitação adicional para a publicidade comercial na RTP 1, mas nada de explícito, claro e concreto se diz sobre as modalidades e o volume do financiamento estatal do serviço público e sobre o saneamento do passivo financeiro da empresa. Fica um compromisso político geral, que não se materializa. Ora, mesmo dando por certos os valores muito optimistas para que o Governo aponta, como custo global do serviço público de rádio e televisão em 2005 (240 milhões de euros) eles exigem a definição clara e atempada das fontes e das condições do seu financiamento.

Em segundo lugar, preocupam-nos várias medidas propostas para a reorganização e o desenvolvimento do serviço. É útil que o Governo reconheça finalmente e se proponha continuar o trabalho já feito no sentido de rever e melhorar o sistema de regulação da comunicação social. O PS apoia a previsão da participação de conteúdos dos operadores privados nas emissões internacionais e o lançamento do Canal Memória na rede de cabo. Mas estará naturalmente contra o fim da NTV e a remissão para o cabo da informação regional: a população a que se dirige preferencialmente a informação regional da actual RTP é precisamente aquela que se encontra excluída do acesso ao cabo! O Canal Regiões não merece, pois, o nosso acordo. E, se é de saudar outro recuo importante do Governo, que confirma agora a participação do operador público no apoio ao cinema e audiovisual português, já é preocupante a intenção de minorizar o cinema, nesse apoio.

Em terceiro lugar, no que diz respeito ao segundo canal de serviço público, o reconhecimento da

sua necessidade e a garantia de que a gestão será assegurada, no arranque e no desenvolvimento, pela RTP, seriam elementos positivos, não fosse o conjunto de propósitos nebulosos em que se inserem. A abertura à participação da sociedade civil na definição de alguns conteúdos não desperta oposição de princípio: prolongam aliás passos patrocinados pelo Governo socialista, envolvendo mais a Universidade Aberta e as confissões religiosas. Mas essa abertura nem pode significar desresponsabilização do Estado, nem a



AUGUSTO SANTOS SILVA

Augusto Santos Silva

Este recuo mostra resultados concretos do amplo movimento de opinião que se gerou em defesa do serviço público de televisão e a atitude de oposição firme, mas construtiva, adoptada pelo PS. É um recuo sensato. Pena é que se tenha perdido tanto tempo com alaridos e violências políticas escusadas, cujo único responsável foi o Dr. Morais Sarmento.

transformação do segundo canal num somatório de tempos de antena de várias instituições ou numa manta de retalhos, sem direcção, coerência e identidade. Seria fatal para o serviço público, tal como toda a Europa o entende, que tal acontecesse. Aliás, basta ler o artigo 38º da Constituição: "O Estado assegura a existência e o funcionamento de um serviço público de rádio e televisão". O segundo canal, de serviço público, pode ser aberto à pluralidade de iniciativas da sociedade civil; mas tem de ser gerido e dirigido por uma sociedade pública capaz de assegurar as responsabilidades do serviço público. O Estado não pode retirar-se ou desinvestir, sem mais, nessa sua obrigação essencial. Infelizmente, basta ter em conta o anúncio governamental da redução imediata do orçamento do segundo canal a 50 por cento do seu valor actual para perceber que a intenção real do Governo é desinvestir, desqualificá-lo.

É preciso continuar, portanto, o movimento de opinião e as iniciativas em defesa do serviço público de rádio e televisão. O recuo do Governo é já um resultado da indignação de amplos sectores da nossa sociedade; mas a proposta feita é insuficiente e, em domínios cruciais, perigosa, pelo que é necessário não cruzar os braços, prosseguir o debate e a acção.



COMISSÃO POLÍTICA NACIONAL

FAZER OPOSIÇÃO CONSTRUTIVA

A Comissão Política Nacional do PS deu ontem luz verde para o partido continuar a fazer uma oposição construtiva, sobretudo através da apresentação de iniciativas legislativas em diversas áreas.

No final da reunião, que teve lugar na sede nacional do Largo do Rato, o porta-voz do PS, Paulo Pedroso, disse também que os socialistas vão repetir a metodologia que esteve na origem das recentes Jornadas Parlamentares e que se traduziram na elaboração de seis projectos de lei sobre competitividade e inovação.

Assim, antes de o PS apresentar qualquer iniciativa legislativa de especial importância, os dirigentes do partido farão um intenso trabalho de preparação no terreno, identificando problemas e ouvindo especialistas em cada área. "Logo que tomou posse, o Governo começou por desencadear uma ofensiva trapalhona, mas está agora a fazer um recuo atrapalhado", disse Paulo Pedroso, antes de salientar que o PS se irá concentrar nas próximas semanas nas questões laborais e no debate sobre o futuro das instituições europeias.

Por seu lado, o secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, fez uma intervenção em que reiterou a necessidade de amplos consensos entre os partidos, designadamente ao nível da reforma do sistema político.

AMBIÇÃO AFIRMADA

LIDERAR A AGENDA POLÍTICA

Os socialistas devem liderar a agenda política porque “não podem enclausurar-se na agenda política paupérrima do Governo”, nem “esgotar-se nos casos mediáticos que pouco dizem às pessoas”. O aviso foi feito pelo líder parlamentar, António Costa, na sessão de abertura das Jornadas Parlamentares do PS, que decorreram nos passados dias 13 e 14, em Aveiro, altura que aproveitou para denunciar que o Executivo está a seguir uma estratégia económica suicida ao mesmo tempo que pretende a paralisação da Assembleia da República.



De todos os diplomas que aguardam agendamento para debate parlamentar na generalidade “apenas três são propostas do Governo”, provando-se que o Executivo se encontra “esgotado, paralisado e sem qualquer iniciativa política”, acusou António Costa. “A Assembleia da República está paralisada, porque a maioria não tem nada para agendar, mas também não deixa os outros agendar. Vejam a pobre agenda que está prevista até às férias do Natal”, observou o líder da bancada socialista. De acordo com Costa, o actual estado da vida política nacional tem uma explicação bem concreta: “O Governo entregou a sua direcção política à ministra das Finanças e apontou como único objectivo cumprir no final do ano o número cabalístico de 2,8 por cento (de défice público)”, o que “deu como resultado a total paralisação da actividade económica do País”. Em relação à necessidade de Portugal cumprir o défice de 2,8 por cento no final deste ano, António Costa insurgiu-se contra a “estratégia

suicida do Governo”, que “levou o País a um estado de depressão”. Nesse contexto, aproveitou para alertar para as contradições da ministra das Finanças nas suas posições em relação à venda da rede fixa à PT, lembrando que Manuela Ferreira Leite, enquanto líder parlamentar do PSD, se opôs à intenção do Executivo de António Guterres de alienar esse bem do Estado em 2001. “O PS só tem um discurso, esteja na oposição ou no Governo, e por isso, aceitou que este Governo concretizasse a venda da rede fixa”, sublinhou. Quanto ao novo Código do Trabalho, o ex-ministro da Justiça voltou a considerar que a mudança das leis de trabalho apenas terá “um efeito muito relativo para o aumento da produtividade e da competitividade do País”. “Na questão da legislação laboral, Portugal tem de escolher se pretende seguir o modelo da

Malásia (como pretende o Governo), ou se quer alinhar pelo nível dos países mais desenvolvidos”, frisou.

Venda de património do Estado encapota fracasso de gestão

Também o cabeça-de-lista socialista por Aveiro nas últimas eleições legislativas, João Cravinho, manifestou total insatisfação face à performance governamental. “O pessimismo cultivado pelo Governo, tentando justificar o injustificável, tornou-se o primeiro problema de competitividade e de produtividade do país. Os portugueses estão tolhidos e sentem-se ameaçados”, declarou o ex-ministro socialista. O deputado do PS considerou ainda indispensável que o partido se “substitua ao Governo” na apresentação de iniciativas políticas, dando

como exemplos a necessidade de Portugal ter uma lei de “racionalização e controlo das aquisições do Estado”, um regulamento sobre parcerias entre sector público e privado e um planeamento plurianual da despesa pública. “Podemos e devemos mostrar ao Governo que a maré negra (política e económica) também se dissolve”, concluiu o ex-ministro do Equipamento Social.

Código laboral é nota de rodapé para a competitividade

Anfitrião das Jornadas parlamentares socialistas e economista de formação, Alberto Souto referiu-se ao novo Código do Trabalho proposto pelo Executivo considerando que este “se resume a uma nota de rodapé” nas questões nacionais da competitividade e produtividade. Aconselhando o Governo a não negligenciar as mudanças evidentes no contexto nacional e internacional, o edil de Aveiro explicou que “o problema actual não é já o custo do trabalho, mas a sua organização e natureza, de forma a permitir a necessária flexibilidade ao nível da gestão, sem fazer perigar os indispensáveis equilíbrios ao nível da coesão social”. Segundo o autarca aveirense, a concorrência decisiva, num contexto de globalização, vai fazer-se num nível “mais fino” e em função das características de cada sector económico. “Esse patamar é o das sinergias empresariais e institucionais, o da existência de recursos humanos qualificados e o da qualidade de vida proporcionada”, avançou, para depois falar de Aveiro como “no melhor case study” de quem tem conhecimento. “Temos uma comunidade muito crítica e participativa, exigente e qualificada e que, por isso, torna as nossas empresas mais competitivas e produtivas, a nossa administração pública mais eficaz, o nosso concelho mais coeso”, disse, concluindo de seguida que “é por causa de valores assim quem todos lutamos”.

M.R.



FERRO PREOCUPADO

ACABAR COM O CLIMA DE CRISPAÇÃO

O Governo de Durão Barroso e a maioria que o sustenta não têm rumo, apostam em políticas que colocam portuguesas contra portuguesas e alimentam sucessivos casos que só enfraquecem o sistema democrático. Feito o diagnóstico, Ferro Rodrigues garante que os socialistas farão uma séria tentativa para descrispar o clima político porque “têm uma preocupação activa com a degradação da democracia” e querem um novo modelo de desenvolvimento para Portugal, socialmente justo e competitivo.

No encerramento das Jornadas Parlamentares, em Aveiro, o líder socialista fez um cerrado ataque ao Governo centrado nas questões do défice, da CREL e do Código do Trabalho, mas garantiu que os socialistas “não vão cavalgar sobre o descontentamento” social gerado pelo Executivo.

Referindo-se à reposição das portagens na circular exterior de Lisboa (CREL), Ferro disse que, além de ser um erro em matéria de gestão rodoviária numa grande metrópole, esse é um bom exemplo da “enorme miopia” de um Executivo que se vale de “expedientes” para conseguir cumprir o objectivo de 2,8 por cento de défice, subordinando tudo às finanças públicas.

Acontece que, frisou, “as finanças públicas são um instrumento ao serviço do desenvolvimento do País” pelo que “não são os portugueses que têm de estar ao serviço das finanças públicas”.

As políticas que colocam portuguesas contra portuguesas são de fácil verificação nos últimos dias em que “os que estão em greve são contra os que não fazem greve, os de Lisboa que usam a CREL estão contra os do resto do País”, exemplificou o secretário-geral, para depois acrescentar os casos dos funcionários públicos, dos autarcas, dos desempregados ou dos titulares do Rendimento Mínimo. Assim, considerou, o Governo acaba sendo “parte do problema” em vez de ser “parte da solução”.

Ferro Rodrigues lembrou também “sucessivos casos dramáticos” que recentemente têm “enredado os políticos e as instituições” e para os quais o comportamento da maioria PSD/CDS-PP apenas “acentua o clima de suspeição” sobre o Parlamento, sobre os partidos e sobre os órgãos de soberania.

A estratégia socialista passa, segundo Ferro Rodrigues, por uma séria tentativa de descrispação do clima político.

“Os socialistas não cavalgarão a onda de descontentamento”, assegurou.

Recorde-se que, neste sentido, o líder do PS



requereu encontros com todos os partidos com assento parlamentar e, a propósito do Código do Trabalho, com parceiros sociais. Também o cardeal-patriarca de Lisboa integra a lista de reuniões solicitadas pelo secretário-geral para apresentação de cumprimentos no seguimento da sua reeleição e para análise da actual situação do País.

Relativamente às reformas estruturais, como a do sistema político, Ferro garantiu que os socialistas têm uma postura de “abertura total”.

É que, alertou, “temos uma preocupação activa com a degradação da democracia” e “há um chão comum que devemos saber garantir e consolidar”.

Sobre o pacote laboral proposta pelo Governo de Durão Barroso, Ferro Rodrigues reafirmou que o Código do Trabalho tal como está “é inaceitável” pelo que a maioria só pode contar com o voto contra dos deputados do PS.

As leis do trabalho precisa de ser revista, reconheceu o secretário-geral, ressaltando que

“a revisão da legislação laboral que está em debate não é um factor marcante do reforço da competitividade”.

Além do vector político da democracia, Ferro está preocupado com a qualidade do modelo de desenvolvimento de Portugal, mantendo-se este *dossier*, na primeira linha de oposição às opções do Governo.

Para o líder do PS, o Governo e a coligação PSD-CDS, têm “contribuído de forma significativa” para o aparecimento de “uma perigosa tendência” que defende um modelo para o País assente na abdicação “de aspectos importantes do seu modelo social”.

No sábado, depois de ter discutido com os deputados do tema do Código de Trabalho, Ferro solidificou a sua opinião sobre quais as orientações do Governo que não aceita: a “precaridade do emprego”; a “possibilidade de despedir individualmente e sem justa causa”; o facto de estar a pôr em causa “o papel da negociação colectiva como instrumento fundamental da regulação laboral”, bem como o direito à greve constitucionalmente consagrado; e a possibilidade de um trabalhador poder ser “obrigado a desempenhar permanentemente uma actividade diferente daquela para que foi contratado”.

O líder do PS rejeita ainda o facto de a proposta do Executivo não introduzir “as inovações necessárias, seja na igualdade de género, seja quanto ao emprego atípico, seja no acesso à formação por parte dos trabalhadores”.

No final da sua intervenção, Ferro defendeu que a competitividade passa “pelo desenvolvimento de uma componente industrial fortemente internacionalizada, pelo reforço da sustentabilidade de uma rede de pequenas e médias empresas”, pela “qualificação dos recursos humanos”, pela modernização dos serviços públicos, pelo aprofundamento da concertação social e pela “valorização da dimensão territorial da inserção de empresas”.

MARY RODRIGUES

PERPLEXIDADE COM FALSA VITÓRIA EM COPENHAGA

O PS responsabilizou o Governo por Portugal ter perdido 20 por cento dos apoios comunitário para o sector agrícola nacional, tendo falhado nos objectivos traçados para Copenhaga.

Assim, para o período 2000/2006, os agricultores portugueses passarão a receber menos do que foi estipulado na Agenda 2000. Falando na sessão de encerramento das Jornadas Parlamentares do PS, sábado, em Aveiro, o secretário-geral socialista, Ferro Rodrigues, afirmou-se “perplexo” com o facto de Durão Barroso ter ficado satisfeito por o Conselho Europeu ter feito “uma mera nota” de que se teriam em conta as aspirações da agricultura portuguesa.

“Perante a satisfação do primeiro-ministro, como vão reagir os agricultores portugueses que esperavam muito mais” na revisão da Política Agrícola Comum (PAC), questionou Ferro.

Na mesma linha do secretário-geral socialista, o ex-ministro da Agricultura Capoulas Santos acusou o Executivo de direita “de tentar manipular a informação sobre os resultados da cimeira de Copenhaga, onde a agricultura portuguesa averbou a maior derrota de sempre”.

“Na cimeira, Portugal tinha como objectivo recuperar 140 milhões de euros que perdera para a agricultura portuguesa em Outubro, mas o primeiro-ministro não conseguiu nenhuma desses objectivos”, declarou Capoulas Santos.

Recorde-se que no Conselho Europeu de Bruxelas de 24 e 25 de Outubro passado foi decidido, com o apoio de Portugal, o congelamento do orçamento da PAC para o período pós 2006, significando isto que o mesmo montante que actualmente é repartido por 15 Estados-membros passará a ser distribuído por 25 ou 27 daqui a quatro anos, com a consequente redução de apoios para a Agricultura portuguesa, estimada em 20 por cento. O Governo PSD/PP procurou em Copenhaga recuperar o montante perdido através da obtenção de um acréscimo de direitos e de quotas de produção, o que não conseguiu, logrando apenas que no comunicado final da reunião ficasse inscrito que o Conselho “toma nota” das preocupações portuguesas e solicita à Comissão que apresente um relatório, sem fixar qualquer prazo, “contendo uma análise da situação”, bem como de outras regiões europeias.

M.R.

GP/PS APRESENTA

PACOTE LEGISLATIVO PARA A COMPETITIVIDADE

Reforçar as condições de competitividade do País é o grande objectivo subjacente ao conjunto de seis projectos de lei que os deputados socialistas aprovaram durante as Jornadas Parlamentares, no passado fim-de-semana, em Aveiro. Os projectos do PS visam melhorar a qualidade dos serviços da Administração Pública, do sistema de Justiça, promover a inovação científica e tecnológica, valorizar os produtos nacionais, reforçar as instituições e qualificar os nossos recursos humanos.



“O primeiro pacote de medidas” que os socialistas desejam ver debatidos no Parlamento deram entrada esta semana na mesa da Assembleia da República. Com o mesmo enfoque, até ao final da presente sessão legislativa, os socialistas avançarão ainda com um projecto de revisão da Lei de Falências.

No imediato, as áreas da justiça, administração pública, formação profissional, fiscalidade e investigação são objecto de articulados vertidos em projectos-lei.

Uma das mais importantes iniciativas dos socialistas pretende rever a Lei de Bases da Reforma do Serviço Público de Registo e Notariado, diploma cujo anteprojecto já mereceu o apoio da Ordem dos Advogados. Segundo António Costa, o projecto pretende acabar com o duplo controlo da legalidade nos registos – primeiro do notário, depois do conservador do Registo Civil, substituindo-o por um único, o do conservador (se as partes contratantes estiverem de acordo).

Assim, de acordo com o regime proposto, só é obrigatório o registo do acto, tornando-se facultativo o assento notarial.

Esta ruptura sistémica, segundo os socialistas, “supera o paradigma hoje anacrónico em que se discutia a mera privatização do notariado”. Neste sentido, António Costa fez críticas à proposta do Executivo sobre a matéria, observando que “a proposta governamental limita a concorrência entre notários, procede à delimitação territorial de cada cartório, impõe *numerus clausus* no acesso à profissão e nem sequer abre a possibilidade de concorrências por via do preço”.

Uma segunda ruptura introduzida pelo diploma do PS prende-se com a própria concepção do sistema de registos, com uma única base de dados central relativa a pessoas, bens e respectivas situações jurídicas.

“A partir do terminal do computador e da sua base de dados, já no próximo ano, será possível fazer sucessivamente vários registos”, explicou Costa, para quem “a forma de lei de

bases é a adequada a “uma reforma que atinge o princípio estruturante do sistema”.

Estimular o enraizamento empresarial da formação

Um outro projecto de lei socialista prevê que os trabalhadores beneficiem de um número mínimo anual de horas de formação profissional certificada: 20 horas em 2003 e 35 horas em 2006. De acordo com o porta-voz do PS, Paulo Pedroso, “pretende-se dar tradução legal a uma medida já aprovada no ano passado em sede de concertação social, mas que foi esquecida pelo actual Governo”.

Este direito deverá aplicar-se a todos os trabalhadores do sector privado ou público, que estejam na dependência económica de uma entidade empregadora, sendo que o seu cumprimento pode ocorrer através de uma única ou mais acções de formação.

No texto apresentado pelo PS são ainda fixadas normas sobre os métodos de certificação, conteúdo e horário de formação, bem como os efeitos da não frequência por parte do trabalhador.

Acréscimo que a formação não ministrada poderá ser substituída por uma compensação pecuniária, caso ocorra a extinção do contrato de trabalho.

O projecto de lei consagra igualmente a possibilidade do Estado vir a criar um regime especial de incentivos destinado a apoiar as empresas na concretização da formação mínima anual de formação certificada.

O que se pretende é, pois, na opinião de Paulo Pedroso, “criar estímulos ao enraizamento empresarial da formação”.

“Prémios” fiscais à inovação e rejuvenescimento

A concessão de incentivos fiscais, com o objectivo declarado de estimular a competi-

tividade e a modernização do sector produtivo nacional foram também alvo de dois projectos socialistas.

Por um lado, o PS pretende conceder isenção de imposto sobre sucessões e de sisa nas situações de transmissão de empresas a favor de descendentes, desde que estes conservem a titularidade da firma por um prazo de cinco anos.

“O objectivo é estimular o rejuvenescimento empresarial, sobretudo das pequenas e médias unidades produtivas, com base familiar e com capital social reduzido”, observou o deputado socialista Eduardo Cabrita.

Por outro lado, a bancada do PS quer também introduzir mudanças ao nível do regime de incentivos fiscais para despesas de investigação e desenvolvimento empresarial, alargando a majoração de deduções em sede de IRC a actividades de *marketing*, formação profissional, *design* e de aposta em capital de risco.

De acordo com António Costa, pretende-se também conceder uma redução de 0,5 por cento em sede de IRC, por cada nova patente registada por empresa, até ao limite de dez por cento (ou seja, 20 patentes).

No entanto, a este benefício fiscal, que poderá atingir uma diminuição do pagamento do IRC em dez por cento, só poderão aceder empresas que tenham feito deduções em investigação e desenvolvimento nos últimos três anos e que, por outro lado, provem que exploram efectivamente em território nacional.

Caso se descubra uma empresa que não explora realmente a patente por si registada, a mesma será obrigada a devolver ao Estado os benefícios fiscais que antes usufruiu, assim como a pagar juros de mora.

Incentivo às comunicações e à modernização da economia

Possibilitar a abertura de concursos ou

proceder a consultas limitadas na aquisição de serviços de telecomunicações são objectivo contidos em dois diplomas essencialmente direccionados para a modernização da função reguladora do Estado no conjunto da actividade económica e da Administração Pública.

Segundo Luís Nazaré, o primeiro dos dois textos visa “incentivar a concorrência no mercado de telecomunicações, agora que o mercado já atingiu uma fase de maturidade”. Na exposição de motivos, o diploma prevê que uma tal “solução deve ser gradual e faseada, com prioridades claras”, considerando-se essencial “que as medidas a adoptar no sector sejam devidamente articuladas com os planos de acção decorrentes da Iniciativa Nacional para a Banda Larga na Administração Pública, prevista nas Grandes Opções do Plano para o próximo ano.

Já sobre o projecto que reforça os poderes reguladores do Estado, o deputado Alberto Martins declarou que os socialistas pretendem “favorecer a existência de um clima de concorrência mais aberta”, combater os monopólios e “garantir condições de equidade para todos os consumidores”.

Entre outras novas regras, o PS propõe que os membros a designar para as entidades independentes reguladoras do Estado “sejam amovíveis das suas funções por períodos de cinco anos”, permitindo-lhes por essa via uma maior distância em relação aos interesses dos governos.

Pretende-se pois, delimitar as áreas em que se justifica a adopção de uma Autoridade Reguladora Independente, tornar mais exigentes os requisitos da sua criação, estabelecer um padrão básico para o seu regime jurídico, aumentar a sua visibilidade e transparência e impor um reexame do conjunto das autoridades existentes.

MARY RODRIGUES

MOBILIZAR A SOCIEDADE CIVIL

SOCIALISTAS RECOLHEM ASSINATURAS CONTRA PORTAGENS NA CREL

Arranca hoje uma campanha de recolha de assinaturas contra a reposição de portagens na Circular Regional Exterior de Lisboa (CREL). Promovida pelo PS, a iniciativa visa mobilizar a sociedade civil para contestar esta decisão do Governo que é "injusta e errada".

Os socialistas estão "solidários com os protestos e lutas" contra a instalação de portagens na CREL. A Jorge Coelho está atribuída a tarefa de dinamizar a campanha junto das populações dos concelhos afectados pela decisão e organizar a recolha de assinaturas, que depois serão entregues ao presidente da Assembleia da República.



Em conferência de Imprensa, Jorge Coelho e João Cravinho (ambos ex-ministros do Equipamento Social dos governos socialistas) deixaram claro que o PS considerou "injusta e errada" a instalação de portagens na CREL, alertando de seguida que o Executivo se prepara para anunciar medidas idênticas no Grande Porto.

"O PS estará solidário com todas as iniciativas de protestos que vierem a ser tomadas contra esta decisão, como forma de exprimir uma justa indignação por parte das populações prejudicadas", afirmou Coelho.

Sublinhando que "ainda há um processo em discussão na Assembleia da República", o ex-governante não deixou de evidenciar a responsabilidade do chefe de Estado, Jorge Sampaio, na questão da reposição de portagens na CREL.

"Se o diálogo com os autarcas da região não der resultado, nem a discussão na Assembleia da República, o chefe de Estado tem o poder de promulgar ou de vetar" a medida do Governo, referiu ainda o ex-ministro de António Guterres. Antes de Jorge Coelho, João Cravinho advertira que o Executivo se prepara para instalar portagens na Circular Regional Exterior do Porto, designadamente nos troços entre Matosinhos e Alfena e Matosinhos e Águas Santas.

"Sabemos que a portagem na CREL começa a ser cobrada a 1 de Janeiro próximo. Só nos espanta que ainda não tenha sido anunciado quando se começa a cobrar portagens no Grande Porto", referiu o deputado socialista.

De acordo com Cravinho, a decisão de cobrar portagens na CREL resultou de "uma situação de pânico, tendo em vista esconder o falhanço da execução orçamental".

João Cravinho justificou a decisão do Governo

com o facto do Orçamento Rectificativo de 2002 não prever a venda da rede fixa do Estado à PT, a reposição de portagem na CREL e a "amnistia fiscal até 31 de Dezembro".

"O Governo pretende mascarar o buraco orçamental, colocando um cobertor por cima da chaga, que é o total falhanço do Orçamento Rectificativo de 2002", explicou, criticando de seguida a "obsessão do Governo pelo défice".

"O défice está a ser transformado numa obsessão sem conteúdo real nas finanças públicas e sem qualquer sustentação", afirmou o ex-ministro do PS, considerando, depois, que o défice real do País é "muito superior" ao previsto pelo Governo.

"Se tirarmos receitas excepcionais, como a venda da rede fixa à PT, a instalação de portagens na CREL e a amnistia fiscal, o défice público é seguramente superior a 3,7 por cento", sustentou, para depois avisar para as grandes dificuldades que terá o Executivo para cumprir o Pacto de Estabilidade da União Europeia, tanto em 2003, como em 2004.

Autarcas manifestam repúdio

Entretanto, os autarcas socialistas responsáveis pelos municípios afectados pela reposição das portagens na CREL não escondem o seu descontentamento.

Manuel Vargues, edil de Odivelas, manifestou ao "Acção Socialista" o seu "total repúdio pela forma autista e autoritária como a decisão foi tomada".

"Não consultaram os presidentes das câmaras visadas nem a Junta Metropolitana de Lisboa, frisou, acusando o Executivo de Durão Barroso de "continuar obcecado pelo défice, esquecendo que tem o dever de governar para as pessoas e que são elas as mais penalizadas com a decisão". Acresce, sublinhou, que "estamos perante uma medida tecnicamente injusta", uma vez que "não há alternativas".

"As pessoas vão ser obrigadas a deixar a CREL e a procurar outras vias, afectando negativamente

a vida e a circulação na Grande Lisboa", reafirmou, explicando que os argumentos usados pelo Governo para justificar a medida "são mais uma falácia".

Depois de destacar que à volta de Lisboa vive mais de um terço da população nacional, Vargues lembrou que "os impostos são pagos por todos os portugueses, incluindo os da capital" e que "100 euros em portagens por mês faz muita diferença no orçamento de algumas famílias, que já se viram afectadas com o recente aumento do IVA".

Defendendo que o seu concelho será o mais penalizado, o autarca de Loures, Carlos Teixeira, disse ao "Acção Socialista" que a sua principal preocupação não é tanto o pagamento das portagens, mas o estado de degradação em que se encontram as vias alternativas à CREL.

Por outro lado, apontou, a fuga à circular

resultará num incremento do trânsito e, previsivelmente, num aumento da sinistralidade, com "graves problemas económicos associados, pois não em meios alternativos de transporte no município".

Para Carlos Teixeira, "o desenvolvimento do País não se consegue com portagens" e que o Governo assim o defendia, afirmou, "só demonstra a sua falta de criatividade".

"Poupar onde se deve sem deixar de fazer o que é preciso" é uma tarefa que requer imaginação e grande capacidade de gestão, declarou Carlos Teixeira, para quem o Governo "anda sistematicamente a arranjar desculpas para a sua incompetência".

JML exige suspensão das portagens

Presidida pela nossa camarada Maria da Luz Rosinha, a JML reuniu-se de urgência por forma a tomar uma posição sobre esta matéria.

Os autarcas da Área Metropolitana de Lisboa acordaram na exigência da suspensão das portagens na CREL, decisão que contou apenas com os votos contra dos municípios de Oeiras e Mafra.

Maria da Luz Rosinha informou que seriam solicitados com carácter de urgência encontros com o presidente da Assembleia da República, primeiro-ministro e ministro das Obras Públicas e Transportes, "com o objectivo de pedir a suspensão da medida anunciada".

Os autarcas defendem ainda que essa suspensão deverá manter-se enquanto "decorrer a discussão entre o Governo e a JML das medidas que visem a resolução dos problemas de acessibilidades e transportes de toda a Área Metropolitana de Lisboa".

MARY RODRIGUES

ALGARVE

FEDERAÇÃO CONTRA PORTAGENS NA VIA DO INFANTE

A cerca de três meses da abertura do último troço da Via do Infante, entre Alcantarilha e Lagos, o PS/Algarve criticou o Governo por "lançar de novo a dúvida" sobre as portagens naquela via.

Em comunicado, os socialistas afirmam que as declarações de Durão Barroso à Comunicação Social deixaram "a ideia de alargar os efeitos da onda de portagens a várias vias do Continente". Sublinhando que a população já manifestou a sua discordância com tal medida, José Apolinário recorda que "não há uma alternativa viária digna desse nome à Via do Infante, que a EN-125 é uma das vias de maior sinistralidade do País e o traçado da Via do Infante foi adoptado ao tempo do Governo de Cavaco Silva com o objectivo de descongestionar esta estrada nacional". José Apolinário argumenta que o custo das portagens virtuais em 2003 "é inferior a um milésimo da receita anual gerada pelos turistas estrangeiros no Algarve", razões apontadas para que, "de uma vez por todas, acabem os ziguezagues e se assumam a importância nacional da Via do Infante".

REGIMENTO DA AR

DEPUTADOS DO PS CONTRA PRIVILÉGIOS DA MAIORIA

Um grupo de deputados socialistas demarcou-se do voto favorável dado pelo PS à revisão do Regimento da Assembleia da República, alegando que as alterações prejudicam os direitos da oposição, favorecendo de forma desproporcionada os privilégios da maioria.

O grupo dos deputados socialistas, que apenas votou a favor das alterações ao Regimento por disciplina de voto, integra Vitalino Canas, Vicente Jorge Silva, Ana Benavente, Capoulas Santos, Jorge Coelho, José Junqueiro, Miguel Coelho, Vítor Ramalho, Carlos Luís, Ana Benavente, Osvaldo Castro, Capoulas Santos e Eduardo Cabrita e ainda as representantes do Movimento Humanismo e Democracia, Maria do Rosário Carneiro e Teresa Venda.

Os subscritores desta declaração de voto consideram que as alterações ao Regimento da Assembleia da República “restringem a liberdade de iniciativa e expressão anteriormente consagrada, favorecendo de forma desproporcionada e arbitrária os privilégios da maioria (a actual ou qualquer outra que lhe suceda no poder)”.



Contra a arrogância da maioria

O grupo de deputados do PS “deplora” ainda “o tom agressivo e de confrontação antidemocrática utilizado pelo vice-presidente da bancada do PSD Marques Guedes ao longo do debate, sobretudo quando fez questão de sublinhar que, no Parlamento, “uns têm mais direito a falar do que outros em função dos resultados das eleições legislativas”. “Sabe-se que tecnicamente e politicamente assim é, mas recordá-lo com tal ênfase é sintoma de arrogância que ofende a dignidade

parlamentar e o espírito democrático”, sustentam ainda os socialistas subscritores da declaração de voto, num ataque ao deputado do PSD Marques Guedes.

“Eventuais exageros que pudessem existir em termos de aproveitamento do Regimento por parte das minorias, tendo em vista ampliar o tempo de intervenção em plenário, esses exageros seriam sempre preferíveis a um regime restritivo e de condicionamento das liberdades, cujas consequências se podem revelar nefastas para a vitalidade do debate democrático”, acrescentam.

Costa desdramatiza

Num comentário sobre a declaração de voto dos deputados socialistas, o líder parlamentar do PS, António Costa, desdramatizou a divergência. “O PS é um partido democrático e essa questão foi discutida em reuniões da bancada onde se definiu o sentido de voto do Grupo Parlamentar em relação às alterações ao Regimento” da Assembleia da República, argumentou António Costa.

De acordo com o líder da bancada socialista, “todos os deputados do PS votaram de acordo com a orientação da bancada e não há drama nenhum que, posteriormente, cada deputado expresse a sua avaliação através de uma declaração de voto”. Quanto à questão considerada mais polémica no processo de revisão do regimento, António Costa referiu que o PS apresentou uma proposta para procurar um consenso ao nível da distribuição de tempos em debate, de forma a não prejudicar os grupos parlamentares mais pequenos.

“Mas a maioria, PSD e CDS-PP, não aceitou a nossa proposta e, na especialidade, o PS opôs-se à proposta aprovada” por sociais-democratas e democratas-cristãos, recordou o líder da bancada socialista.

No entanto, para António Costa, no seu conjunto, “as alterações aprovadas ao Regimento da Assembleia da República mereceram do PS um entendimento positivo”. “Não fazia sentido mudar o nosso sentido de voto em função de uma questão muito específica”, acrescentou.

CAMINHOS DE FERRO

LIGAÇÃO DE VISEU À LINHA DA BEIRA ALTA É PRIORITÁRIA

Os deputados do PS eleitos por Viseu questionaram o Ministério das Obras Públicas, Habitação e Transportes sobre a vontade política de avançar com a ligação ferroviária da capital de distrito à Linha da Beira Alta.

O deputado José Junqueiro disse que um estudo pedido há três ou quatro anos ao presidente da CP - Caminhos de Ferro Portugueses, Crisóstomo Teixeira, já se encontra concluído, sublinhando que “agora só falta a vontade política”.

Por isso, juntamente com os deputados Ana Benavente e Miguel Ginestal, apresentou na Assembleia da República um requerimento a solicitar ao Governo uma cópia do estudo efectuado e também a perguntar qual a sua vontade política para concretizar o

investimento, superior a 100 milhões de euros (20 milhões de contos).

José Junqueiro considera que a transposição do Rio Dão não pode ser apontada como um obstáculo ao projecto, atendendo às soluções dadas actualmente pela engenharia, nem mesmo a verba necessária é “modesta” quando comparada com outros projectos do país.

“Se compararmos esses valores com os referidos para os metros do Porto e de Coimbra, chegaremos à conclusão evidente de estarmos perante um esforço financeiro muitíssimo mais leve”, referem os deputados no requerimento. Os parlamentares socialistas defendem que a estrutura ferroviária entre a cidade de Viseu e a Linha da Beira Alta é essencial “para

optimizar a ligação ferroviária de pessoas e mercadorias”, assumindo uma importância estratégica para a região, devendo, por isso, ser considerada prioritária para o Governo.

Requerimento sobre o IC37

Juntamente com os deputados socialistas eleitos pelo círculo da Guarda - Pina Moura e Fernando Cabral -, José Junqueiro, Ana Benavente e Miguel Ginestal requereram ao mesmo Ministério explicações sobre o IC37, que ligará Viseu, Nelas e Seia.

Por proposta dos deputados do PS, o IC 37 encontra-se previsto no Plano Nacional Rodoviário 2000, fazendo a ligação do interior

do país aos eixos estruturantes IP5, IP3 e IC7.

“Trata-se de um eixo que proporcionará estrategicamente a ligação à Linha Ferroviária da Beira Alta, pelo que desempenha uma função essencial ao desenvolvimento económico de toda a região, entre a Serra da Estrela e o Planalto Beirão”, justificam no requerimento.

Devido à importância da construção do IC 37, os deputados socialistas da Guarda e de Viseu querem saber do Governo qual será o calendário, o plano de obra e o orçamento para a sua concretização.

José Junqueiro frisou que tanto a ligação ferroviária de Viseu à Linha da Beira Alta como a construção do IC 37 são dois projectos que o Governo de coligação não pode deixar cair.

LACÃO DENUNCIA

GOVERNO REVELA FALTA DE SENSO NA ALTERAÇÃO DAS NUTS

O deputado socialista Jorge Lacão teceu duras críticas ao Governo no que respeita à alteração geográfica das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS).

Para Jorge Lacão esta modificação “impõe-se como um acto de resgate da decência democrática devida no tratamento de uma assunto que, pela sua óbvia delicadeza, exigiria do Governo uma solução minimamente participada e suficientemente consensual”.

Numa intervenção na Assembleia da República, o deputado acusou o actual Governo de se servir de “lamentáveis habilidades” para escapar ao controlo da Assembleia da República nesta matéria.

Segundo Jorge Lacão, o Executivo esperou pela interrupção dos trabalhos parlamentares para “tomar decisões, conduzir reuniões parcelares com autarcas e comprometer-se com Bruxelas na perspectiva da aprovação pela União Europeia de um regulamento, visando rigidificar os processos de decisão nacional sobre o âmbito territorial das respectivas NUTS”.

O parlamentar do PS lembra que “são os municípios da Bacia e do Vale do Tejo desagregados de tal modo que os da Lezíria recebem guia de marcha para o Além-Tejo, incluindo aqueles que se situam inteiramente Aquém-Tejo, enquanto que os do Médio Tejo, são arremessados para a Região Centro, numa amálgama de 100 municípios

para onde são igualmente catapultados os do Oeste”.

Segundo Jorge Lacão, “fazer inserir os municípios do Oeste num centro de coordenação dependente de Coimbra, quando a sua articulação real se faz com Lisboa ou, então, se poderia fazer num novo espaço regional com integração” revela “total falta de senso”, por parte do Executivo.

O parlamentar socialista considera que nas áreas “do ordenamento do território e do ambiente, da agricultura, da educação e da cultura, da saúde e da segurança social, é um total absurdo que se submetam as populações à dependência de serviços desconcentrados com sede ou na área da CCR de Coimbra ou da CCR de Évora,

inteiramente em contraciclo face à regularidade das suas vidas e das suas actividades”.

Jorge Lacão defendeu ainda “a revogação do decreto-lei relativo à modificação das NUTS e uma reflexão sobre as melhores soluções a promover na sua reorganização, o que, por certo, implicará a criação de uma nova região que abarque o Vale do Tejo e o Oeste”. É que, acrescenta, se “por um lado há que não prejudicar as possibilidades negociais do País no quadro das instituições Europeias, por outro, impõe-se respeitar os mais elementares factores de evidência e da coerência da geografia física e humana, cultural, económico-social e administrativa do País”.

FERRO REÚNE COM PARTIDOS E PARCEIROS SOCIAIS

REFORMAR O SISTEMA POLÍTICO

PS e PSD comprometeram-se ontem a fechar a primeira fase da reforma do sistema político até 25 de Abril de 2003, anunciou Ferro Rodrigues após uma reunião entre as direcções dos dois partidos, no âmbito dos encontros que, por sua iniciativa, o PS tem vindo a realizar com os partidos com assento parlamentar e parceiros sociais, visando procurar áreas de consenso para o aperfeiçoamento do sistema político e a qualidade da democracia.

À saída da reunião com o PSD, o secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, sublinhou a "partilha de pontos de vista para melhorar a qualidade da democracia", que disse ter ficado expressa no encontro de cerca de uma hora entre as direcções dos dois maiores partidos portugueses.

Ferro Rodrigues disse esperar ver repetidos os encontros que o PS manteve com os partidos com assento parlamentar e com os parceiros sociais, afirmando constituir "um facto normal da democracia".

O secretário-geral do PS rejeitou a ideia de estar "em terreno inimigo", ao reunir-se com a direcção do PSD na sede nacional deste partido, lembrando que reside nas redondezas e que costuma passar pelo local, "em noites de vitória e de derrota eleitoral".

No encontro ficou estabelecida uma agenda segundo a qual, numa primeira fase, os dois partidos vão consensualizar para posterior aprovação, em sede parlamentar, as leis dos partidos políticos, do financiamento dos partidos



e do limite dos mandatos dos titulares de cargos políticos. A lei eleitoral é remetida para um momento posterior.

Ferro Rodrigues encabeçou a delegação socialista, que incluía Almeida Santos, Paulo Pedroso e Alberto Martins.

Antes, de manhã, a direcção do PS deslocou-se à sede do PCP, onde reuniu com Carlos Carvalhas e outros dirigentes comunistas, tendo Ferro Rodrigues salientado a "confluência de opiniões" entre os dois partidos relativamente à "degradação da actual situação política e social" marcada por "uma contra-reforma social" levada a cabo pelo Governo.

Na Assembleia da República, adiantou, "tem sido visível que em relação a algumas medidas no plano social e na denúncia do incumprimento de promessas eleitorais tem havido uma confluência de posições em relação à política do Governo".

Sobre o Código do Trabalho, Ferro Rodrigues reafirmou que "o PS considera que a proposta contém pontos inaceitáveis", referindo que por isso a bancada socialista irá apresentar, durante a discussão na especialidade no Parlamento, "propostas para que o diploma não seja tão negativo".

Questionado pelos jornalistas sobre a divulgação das actas da comissão de inquérito parlamentar à Polícia Judiciária, Ferro Rodrigues afirmou que esta é uma situação que "não prestigia a AR", considerando que "quem quer que tenha feito a acção não contribui para a imagem deste órgão de soberania".

No âmbito destes contactos, o PS reuniu-se na terça-feira com a CIP e a UGT. No final da reunião com a confederação patronal liderada por Van Zeller, Ferro Rodrigues explicou que o objectivo do encontro foi a explicação dos vários projectos que o PS vai apresentar na AR, de forma a

umentar a competitividade e produtividade da economia portuguesa. O líder socialista frisou a "grande receptividade" por parte da CIP, "embora sejam conhecidas algumas divergências de pontos de vista" relativamente à legislação laboral.

Antes, uma delegação socialista tinha estado reunida com o secretário-geral da UGT, João Proença. No final do encontro, Ferro Rodrigues salientou que o PS e a UGT estão em sintonia nas críticas ao Código do Trabalho e vão propor alterações idênticas à proposta governamental. Segundo Ferro Rodrigues, o PS e a central sindical comungam nos pontos que consideram mais graves para o País e para os "desequilíbrios entre as relações laborais".

Concordam, também, na identificação das necessidades de alterações à proposta governamental, pelo que, esta sintonia terá tradução prática "nas sugestões de melhorias da proposta de Lei que serão apresentadas no início de Janeiro".

"Nunca houve divergência na matéria de fundo que é a necessidade de o País ter uma lei que ao mesmo tempo melhore a produtividade sem sacrificar direitos dos trabalhadores, que já são hoje muito limitados em áreas como a remuneração e em áreas sociais", frisou Ferro Rodrigues.

Mas, garantiu, o Código do Trabalho não é o aspecto essencial para melhorar a competitividade e produtividade do País.

Os instrumentos a utilizar passam, segundo defendeu, pela formação profissional, qualificação, capacidade das infra-estruturas e funcionamento do Estado de direito e da Administração Pública. Estes são os aspectos mais importantes para garantir a competitividade e produtividade, "num esforço que temos todos de fazer".

CASA PIA

PS QUER REFORÇO DA PROTECÇÃO DE MENORES VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL

O Partido Socialista entregou na Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais um projecto de deliberação para a constituição de um grupo de trabalho no sentido de reforçar a protecção dos direitos de menores vítimas de abuso sexual.

Para os deputados socialistas, o grupo de trabalho, a formar-se no âmbito da Comissão Parlamentar, deverá apresentar uma série de recomendações no prazo máximo de 60 dias. Essas recomendações, segundo os socialistas, deverão partir de uma "avaliação das questões de direito criminal relacionadas com a tutela dos direitos das crianças vítimas de crimes", tendo como objectivo "assegurar a melhor

transposição das decisões da União Europeia no combate à pedofilia e à pornografia infantil".

Neste contexto, o PS pretende também adequar as regras do direito português relativas à prescrição, "de forma a assegurar às vítimas menores a possibilidade de desencadear o procedimento penal em tempo útil, após terem alcançado a maioridade".

De acordo com o documento, a apresentação de queixa e a constituição de assistente será "reconfigurada de modo a que nenhum tipo de requisitos, designadamente os relativos a custos, dificultem o processo".

Por outro lado, o deputado socialista Rui

Cunha, afirmou, na Comissão Parlamentar dos Assuntos Constitucionais, que enquanto exerceu as funções de secretário de Estado da Segurança Social nunca foi informado de alegados casos de pedofilia na Casa Pia.

Rui Cunha esclareceu ainda que enquanto exerceu funções governativas ordenou uma auditoria à provedoria da Casa Pia, mas por questões financeiras e patrimoniais.

"Nunca durante a minha tutela foi trazido pelo provedor qualquer facto sobre pedofilia na Casa Pia e nunca ouvi falar de Carlos Silvino", assegurou o deputado socialista, acrescentando que soube do sucedido pela Comunicação Social.

PS EXIGE CÓPIA DOS CONTRATOS CELEBRADOS COM A BRISA E A PT

O líder do Grupo Parlamentar do PS, António Costa exigiu que o primeiro-ministro disponibilize "com carácter de urgência" os contratos que o Governo celebrou com a PT para vender a rede fixa de telecomunicações e com a Brisa para concessionar as portagens na CREL. Segundo António Costa, "atendendo à extraordinária relevância da matéria" o Executivo terá de disponibilizar toda a documentação antes do debate mensal com a presença do primeiro-ministro.

Para o líder parlamentar socialista, "é da maior urgência esclarecer em que condições pretende o Governo prosseguir o objectivo da redução do défice, bem como aquilatar se o interesse público está devidamente salvaguardado nestes contratos".

ENTREVISTA A MANUELA DE MELO

NÃO HÁ POLÍTICA CULTURAL

Ao Governo não lhe interessa um Ministério da Cultura e ao Parlamento não chegam quaisquer iniciativas para o sector. A acusação é da deputada Manuela de Melo que, em entrevista ao "Acção Socialista", deixa o alerta de Portugal correr o risco de perder fundos comunitários para o Vale do Côa sem o quais não "haverá nada" numa região classificada de Património Mundial pela UNESCO. Segundo a ex-vereadora da Câmara do Porto, não há uma "política cultural" para o País e tudo se resume às directivas do Ministério das Finanças.

O projecto previsto para Foz Côa foi desvirtuado nas políticas culturais do actual Governo. Como analisar politicamente o desinvestimento naquele pólo cultural do interior do País?

As alterações de localização e dimensão do Museu do Côa significam que a construção da barragem, com tudo o que implica de impacto negativo no Parque Arqueológico e no microclima que permite a existência de vinho do Porto deixou, com o novo projecto, de ser irreversível.

O actual Governo parte do princípio de que o Vale do Côa, classificado pela UNESCO como Património da Humanidade, não merece um museu com a dimensão programada, projectado para ser um factor de atracção e de desenvolvimento regional. Por outro lado, o Executivo manipula os custos totais dos necessários investimentos (no Museu, nos acessos rodoviários, ferroviários e fluviais, no tratamento ambiental dos "rasgos" causados pelas obras já feitas, nos terrenos a comprar, nas indemnizações a pagar), para justificar o abandono do projecto na Canada do Inferno. Finalmente, ao reiniciar todo o processo, com um plano de trabalho que já está atrasado quase meio ano, o Governo arrisca-se a perder fundos comunitários sem os quais não haverá nada no Vale do Côa.

Face às dificuldades financeiras, que são, aliás, motivo de todas justificações do Governo, os cortes orçamentais tinham forçosamente de reflectir-se com maior incidência na área da cultura?

Quais são os recursos com que Portugal pode contar? Não temos matérias-primas decisivas para o desenvolvimento, temos um território e mercados de pequena dimensão. Restam-nos os recursos humanos. Ao cortar nos sectores da educação, cultura, ciência e formação, de forma muito significativa, o Governo está a dizer que a qualificação do nosso único recurso significativo – as pessoas – não é o seu objectivo nem a sua prioridade, ainda que dela



dependa o desenvolvimento da nossa economia, da nossa capacidade de inovar, de defender a nossa continuidade como nação.

Há um apagamento nítido do Ministério da Cultura. Esta situação releva da personalidade do titular da pasta ou da pouca importância atribuída ao sector?

As duas coisas são indissociáveis. Ao reduzir drasticamente o orçamento do Ministério da Cultura para 2003 – e é especialmente significativo que os maiores cortes se tenham dado exactamente na área do património, dita prioritária no programa eleitoral do PSD – o Governo dá o primeiro sinal de que não lhe interessa um Ministério da Cultura cuja acção ultrapasse a gestão dos problemas quotidianos da penúria nas instituições que tutela. Mas o próprio ministro da Cultura não definiu ainda, claramente, quais as suas opções no actual contexto de contenção orçamental. Ao Parlamento não chega qualquer iniciativa legislativa do MC, nem se conhece qualquer decisão pela positiva. E a capacidade de intervenção do senhor ministro da Cultura no Conselho de Ministros está à vista. Não foi aceite a sua escolha para a direcção da Biblioteca Nacional, não se conhece a sua intervenção na definição do serviço público de televisão (tão decisivo para a manutenção da língua e cultura portuguesa nos circuitos universais do audiovisual), não se sabe o que vai fazer com o espólio e os saberes da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, que serão integrados no Gabinete de Relações Internacionais do Ministério da Cultura.

As companhias nacionais de teatro, bailado e ópera, assim como as orquestras nacionais têm uma quebra de 13,4 por cento nas verbas atribuídas. Quais as implicações

destes cortes para o seu normal funcionamento?

Diminuição da actividade, seguramente, porque confiamos que os seus responsáveis não pactuarão com a degradação da qualidade das suas programações. Isso seria um retrocesso enorme na dinâmica de qualificação, democratização e descentralização que tem sido criada pelas companhias e orquestras nacionais. Esperamos que não sejam prejudicados os serviços educativos de algumas dessas estruturas, exemplos vivos de que, quando são utilizados os métodos correctos, a cultura, mesmo nas suas manifestações mais elaboradas, não é assunto apenas para iniciados "elitistas".

O IPAAE vê também as suas verbas reduzidas, em 19,1 por cento.

Pode estar em causa o efectivo apoio às artes do espectáculo no próximo ano?

Pode estar em causa a continuidade do trabalho de um elevado número de profissionais – criadores, técnicos, gestores – que têm vindo a desenvolver projectos de artes do espectáculo independentemente (mas muitas vezes em colaboração) das instituições do Estado. E é bom lembrar que o desenvolvimento registado no teatro, na dança, na música e noutras áreas não se deu apenas pela atribuição de subsídios (que o Governo e a maioria consideram desperdício sem controlo, quando, na verdade se concedem através de contratos-programa que estabelecem deveres e contrapartidas), mas sobretudo por realidades que se desenvolveram em paralelo.

A área do património, que o PSD, na velha tradição da direita, sempre considerou como a prioridade, é a que apresenta os maiores cortes. Como explicar esta contradição?

Segundo o ministro da Cultura, os cortes devem-

se ao facto de os investimentos necessários ao desenvolvimento de projectos lançados pelos governos socialistas não necessitarem, em 2003, de verbas superiores aos orçados... Mas o adiamento do projecto do Côa mostra que, afinal, está latente a possibilidade de acabar com alguns equipamentos previstos, pelo menos nos limites temporais fixados.

Que balanço já é possível fazer da política cultural do Governo?

Não há balanço possível, porque a grande questão é que ainda não foi apresentada uma "política cultural". As fusões de institutos, a gestão flexível e a imaginação para fazer o mesmo com menos dinheiro são apenas reflexo de directivas do Ministério das Finanças.

Na sua qualidade de ex-vereadora da Cultura na Câmara do Porto, onde deixou uma obra unanimemente reconhecida, como avalia a política do actual Executivo camarário para esta área?

É igual à do Governo, para pior. Ao contrário do que qualquer Executivo responsável deve fazer – aproveitar ao máximo o que herdou, levar mais longe a resposta às responsabilidades que a lei lhes atribui nesta área – os actuais autarcas começaram por, sistematicamente, arrasar, por palavras, acções e omissões, os projectos feitos e em curso. Os equipamentos culturais criados ou reabilitados, os projectos de sensibilização de públicos, de apoio à actividade cultural, profissional e amadora, de conjugação de vocações e estratégias com outras instituições, os esforços para instalar no Porto equipamentos nacionais, são considerados como megalomania, inutilidades, desperdício... Tentam reduzir um projecto cultural de cidade, definido e protagonizado por instituições públicas (nacionais ou municipais) e privadas, baseado sobretudo no bom funcionamento de equipamentos culturais, à falsa ideia de que foram 12 anos de "festas". Além do que esta posição pressupõe de ignorância da realidade portuense e dos documentos essenciais do funcionamento das CMP nos últimos anos, ela implica a menorização e marginalização de centenas de jovens, formados em escolas (muitas públicas) de diferentes níveis de escolaridade, com graus académicos semelhantes aos dos profissionais de todas as outras áreas do saber.

O investimento feito pela autarquia na cultura, directa ou indirectamente, está hoje a ser analisado com má fé e de forma distorcida, sem comparação homónima com outras áreas de investimento. A ideia errada e demagógica que manifestam ao dizerem que, depois da "hegemonia" do cultural, agora é o "social" que importa "resolver", baseia-se na ocultação do extraordinário esforço de investimento feito na habitação social, no sociocultural, no ambiente, na requalificação do património, e no desconhecimento que, sem uma população mais educada, mais culta, mais informada, as verdadeiras razões da exclusão social não podem ser resolvidas de forma sustentada.

JORGE COELHO ANUNCIA

PS VAI AVANÇAR COM NOVA PROPOSTA DE FINANCIAMENTO DO PODER LOCAL

O PS vai avançar com uma nova proposta de financiamento das autarquias, anunciou Jorge Coelho no final do encontro distrital de autarcas socialistas, que teve lugar no sábado, em Vieira do Minho.

Perante cerca de uma centena de autarcas eleitos pelo PS no distrito de Braga, Jorge Coelho alertou que a proibição de endividamento das câmaras coloca em risco muitos projectos, alguns dos quais co-financiados por fundos europeus. "Ao retomar a prática dos governos de Cavaco Silva, desrespeitando a Lei das Finanças Locais, inibindo brutalmente a capacidade de endividamento das autarquias, o Governo de direita está a gerar um clima de desconfiança e desinvestimento com consequências desastrosas", acusou.

Para o coordenador autárquico do PS, esta política de cortes cegos nas despesas "pode levar o País a uma recessão económica de consequências gravíssimas".

O País "está a pagar bem caro a ilusão vendida por Durão Barroso", durante a campanha eleitoral, quando prometeu "mais desenvolvimento económico, baixar os impostos e aumentar as reformas", disse, acrescentando que "o que o Governo faz é precisamente o contrário".

Só nos últimos seis meses, adiantou Jorge Coelho, "há mais seis mil desempregados, e, ao contrário das reformas, os aumentos registaram-se nos impostos".



METRO DO PORTO

CONCELHIA CONTESTA TARIFÁRIO INTERMODAL



A Concelhia do PS/Porto defendeu a criação de bilhetes e passes sociais "exclusivos" do Metro do Porto, sublinhando que a intermodalidade "deve ser uma opção e não uma obrigação".

Em comunicado, os socialistas portuenses salientam que o tarifário intermodal proposto pelo Metro do Porto, Sociedade de Transportes Públicos do Porto (STPC) e CP "pode vir a desvirtuar o objectivo principal de todo o projecto", ao agravar os preços entre 60 e mais de 100 por cento, acrescentando que deviam ser criados bilhetes e passes exclusivos do Metro do Porto, em modalidades e custos nunca superiores aos praticados pelo Metropolitano de Lisboa".

"O PS/Porto não se calará face à intenção de manter o tarifário apresentado, por considerar que o mesmo se traduz numa injustiça face à população da nossa região", lê-se no comunicado, assinado por Orlando Gaspar.

SEMINÁRIO EM MOURA

CONCILIAR ECONOMIAS DE MERCADO E SOCIAL

"No projecto integrado de Moura considerou-se que a sustentabilidade económica, social, ambiental e democrática deveria ser assegurada por uma articulação entre investimento privado duradouro, criação da capacidade local de geração de riqueza e responsabilidade social e ambiental dos investimentos", afirmou Aníbal Lamy, secretário-coordenador da Secção de Desenvolvimento Sustentável no decurso do seminário sobre o "Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável de Moura", que teve lugar no sábado, nesta vila, numa organização conjunta da Concelhia local, da Federação de Beja e da Secção de Desenvolvimento Sustentável.



e desenvolvimento, de economia social e implementação de projectos de habitação a custos controlados, de planeamento autárquico de longo prazo e de desenvolvimento harmonioso de todas as freguesias do Concelho".

Desenvolvimento estável e duradouro

Lamy salientou ainda que este projecto "tem por objectivos contribuir positivamente e de forma significativa para o PIB nacional, para a Balança de Pagamentos e procura demonstrar como é possível conciliar a economia de mercado com a economia social, promovendo-se desenvolvimento estável, duradouro e socialmente responsável com base em investimento privado e com o menor recurso possível ao Orçamento do Estado".

Este seminário, que teve como objectivo central o aprofundamento político pelo PS do modelo de desenvolvimento regional em curso no concelho de Moura, contou com a presença de vereadores e deputados municipais, bem como de presidentes das juntas e assembleias de Moura, eleitos pelo PS, de um representante da Federação de Beja e de militantes socialistas que integram o Grupo de Acompanhamento do Projecto Integrado de Moura e da Secção de Desenvolvimento Sustentável, entre muitos outros.

Este projecto, embora desenvolvido a partir da participação de todas as forças políticas representadas nos órgãos de poder local, contou desde o início com a colaboração -na concepção e desenvolvimento - de militantes socialistas. José Joaquim, presidente da Concelhia de Moura, a quem coube a abertura dos trabalhos, referiu a importância deste seminário para o esclarecimento da população sobre este projecto de desenvolvimento estável e duradouro assente nas potencialidades locais, tendo ainda realçado o "grande envolvimento" das seis juntas de freguesia do PS neste projecto.

Aníbal Lamy, por sua vez, sublinhou que "o Projecto de Desenvolvimento Sustentável de Moura é, essencialmente, uma demonstração da viabilidade da captação de investimento estrangeiro para criação duradoura de riqueza local e regional socialmente responsável, acompanhada por programas de investigação

AÇORES

CARLOS CÉSAR EM DEFESA DA ZONA ECONÓMICA EXCLUSIVA

O presidente do Governo Regional dos Açores, o socialista Carlos César, disse esperar "que o Estado português não troque a salvaguarda da Zona Económica Exclusiva afecta aos Açores pelo alargamento da sua zona de protecção costeira continental".

Carlos César falava na cerimónia de posse dos novos secretários regionais dos Assuntos Sociais e Adjunto da presidência, Francisco Coelho e Cláudia Cardoso, na sequência do que chamou de "reajustamento para o rejuvenescimento do seu gabinete".

César aproveitou a ocasião para fazer um balanço dos dois últimos anos de governação, em todos os sectores, salientando na área económica o número de projectos apresentados pelo sector privado, que ascendem a 280 milhões de euros (56 milhões de contos).

Para o presidente do Governo Regional dos Açores, "foi a estratégia da diversificação e a confiança na economia regional que permitiram este sucesso aliado ao sector do turismo, que bateu todos os recordes de crescimento entre todas as regiões do País.

PORTO

SOCIALISTAS REJEITAM ORÇAMENTO SEM ALMA

Os vereadores do PS na Câmara do Porto classificaram o Orçamento da autarquia aprovado, como “demasiado restritivo, sem alma e sem estratégia para a cidade”. Em conferência de Imprensa, o vereador socialista Manuel Diogo acusou o actual presidente de “gerir a cidade como se de uma delegação do Ministério das Finanças se tratasse”. Manuel Diogo estranhou que, relativamente ao último orçamento socialista (2001), a coligação PSD/CDS-PP que lidera a câmara tenha diminuído o investimento nos sectores que elegeu como prioritários, nomeadamente a habitação, exclusão social, centro histórico, ambiente, cultura e turismo, Bombeiros, Polícia Municipal e Parque da Cidade, verificando-se aumentos fundamentalmente nas verbas orçamentadas para as direcções municipais de gestão urbanística, finanças, estudos e planeamento e gestão da via pública. “A câmara faz um orçamento para contribuir para a redução do défice público em cinco milhões de euros”, afirmou a vereadora socialista Isabel Oneto, denunciando que um quinto do Orçamento se refere a vendas de património em hasta pública que a autarquia não conseguiu concretizar este ano e provavelmente também não o conseguirá em 2003. Tal como fizeram com o Plano e Orçamento da autarquia, os vereadores socialistas votaram contra o documento equivalente dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento.

GOMDOMAR

PS VOTA CONTRA PROPOSTA ORÇAMENTAL

Os vereadores socialistas na Câmara de Gondomar anunciaram que votarão contra o Plano e Orçamento do Executivo laranja para 2003, considerando que o documento “defrauda as promessas eleitorais” e “põe em causa o efectivo desenvolvimento do concelho”. Numa conferência de Imprensa, os socialistas consideraram que o plano e orçamento “é um mero reproduzir de políticas estafadas” e “de promessas gastas”. Os autarcas socialistas afirmaram que “não faz sentido manter como prioridade para o desenvolvimento do concelho a construção e aquisição de mais casas ao abrigo dos programas PER e CDH, ao ponto de vincular mais de 50 por cento do orçamento do município a esta área”. Os vereadores afirmaram ainda que não há qualquer explicação para o orçamento apenas reservar 18,9 por cento da dotação prevista para acessibilidades, quando Gondomar é o concelho da Área Metropolitana do Porto com piores vias de acesso. “Mais uma vez a Câmara de Gondomar mostra-se incapaz de elaborar e apresentar candidaturas, projectos vultuosos e significativos aos fundos públicos, gerindo apenas pequenas iniciativas que ficam muito aquém das necessidades de um concelho com os níveis que Gondomar endemicamente apresenta”, concluíram.

CORUCHE

EXECUTIVO PEDE INVESTIGAÇÃO A IRREGULARIDADES DA GESTÃO ANTERIOR

A Câmara Municipal de Coruche quer que sejam investigados “indícios de irregularidades graves” alegadamente praticados no anterior mandato de maioria CDU e detectados por uma comissão de inquérito nomeada em Abril pela autarquia. Num comunicado à imprensa, o presidente da Câmara de Coruche, o socialista Dionísio Mendes, anuncia a deliberação tomada pela maioria do Executivo camarário, com os votos contra da CDU (que liderou a Câmara no mandato em causa), de enviar os documentos resultantes desse inquérito às Inspeções Gerais de Finanças (IGF) e da Administração do Território (IGAT) e ao Tribunal de Contas (TC), “para procederem à investigação dos mesmos”. Segundo a nota, a comissão de inquérito, composta por três juristas, um deles ex-inspector da IGAT, foi nomeada no final de Abril último para “investigar indícios de irregularidades relativas ao mandato da CDU de 1998 a 2001 e apurar os valores exactos dos compromissos da Câmara Municipal em 31 de Dezembro de 2001”, tendo apresentado o seu relatório em Novembro. Os factos apurados apontam, de acordo com a nota da autarquia, algumas “irregularidades graves”, nomeadamente a existência de despesas sem justificação legal no valor de 28 mil contos (140 mil euros), gastos em “materiais e dinheiro entregue indevidamente a particulares e utilizado muitas vezes na construção de barracas ou casas ilegais”. “Foi também verificado que existiam por concluir mais de 300 processos de contra-ordenação”, representando os que já tinham caducado uma perda de receita da ordem dos 5500 contos (27.500 euros). A nota acrescenta que, de acordo com o inquérito, os compromissos “reais” da Câmara no final de 2001 incluíam perto de um milhão de contos de capital em dívida à banca, mais de 1,1 milhões de contos de compromissos assumidos com empreitadas, perto de 170 mil contos de dívidas por fornecimento de outras despesas correntes, existindo um saldo negativo de cerca de 2,2 milhões de contos (11 milhões de euros). “Todos os factos aqui referidos e muitos outros que indiciam irregularidades graves, estão devidamente documentados nos cinco volumes que acompanham o relatório”, acrescenta a nota.

FERREIRA DO ALENTEJO

JUNTAS DE FREGUESIA “ON-LINE”

Com o objectivo de obter uma melhor interligação entre a Câmara Municipal e as juntas de freguesia, em matérias de delegação de competências, foi assinado um protocolo de modernização administrativa que prevê a entrega de material informático, entre a edilidade e a Direcção-Geral das Autarquias Locais. Com este acordo ficam as juntas de freguesia dotadas de equipamentos que permitem futuramente, ficar em rede com a autarquia, e os munícipes em vez de terem de se deslocar aos serviços municipais para consultar processos do seu interesse passam a poder fazê-lo através dos serviços “on-line”.



NOVA EDIÇÃO

PORTUGAL SOCIALISTA

Já disponível em

<http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/portugal/>

ÁLVARO SANTOS SILVA

“ACÇÃO SOCIALISTA” DEVE CHEGAR A TODOS OS MILITANTES

“Defendo intransigentemente a obrigatoriedade de todos os militantes assinarem o nosso jornal, o ‘Acção Socialista’”, afirma o camarada Álvaro Santos Silva. Com ideias muito claras sobre a vida do partido e a actual situação política, este militante da Secção de Cascais aposta fortemente na formação dos nossos sindicalistas e autarcas, afirma-se contente com a liderança de Ferro Rodrigues e com o modo como o PS está a fazer oposição e não poupa críticas ao actual Governo, que “já mostrou a sua incompetência a toda a prova”.

À semelhança do que aconteceu no último Congresso do partido, Álvaro Santos Silva defende que também em Cascais é necessária “uma renovação, com novos rostos e ideias”.

Reinscrito no PS em 1986, depois de uma passagem pela UEDS, este camarada, “leitor assíduo do ‘Acção Socialista’”, defende a obrigatoriedade de todos os militantes assinarem o nosso jornal, bem como a realização de cursos de formação para os nossos autarcas e sindicalistas, promovidos pelas fundações Antero de Quental e José Fontana. “O PS não devia incluir nas suas listas candidatos que não passassem pelos cursos de formação”, sustenta.

Por outro lado, diz estar contente com a forma como o PS está a fazer oposição, que considera “a mais adequada, sem ir a reboque de uma certa esquerda ou do que pretende a direita”, e arrasa o actual Governo, que classifica de “péssimo, indiscutível, revelando uma incompetência a toda a prova”.

Engenheiro e empresário na área das telecomunicações, Álvaro Santos Silva não tem dúvidas em afirmar que o Código do Trabalho “é inaceitável” e não contribui para o aumento da competitividade, “conforme a direita anda a apregoar”, porque, explica, este problema da nossa economia tem a ver fundamentalmente “com a baixa qualificação da maioria dos nossos empresários, incapazes de implementar boas práticas de gestão, apostando na inovação e na formação”.

Afirmando-se “profundamente preocupado” com a actual situação política, este camarada alerta que “há o perigo de se



PREFERÊNCIAS

Político nacional
Jorge Sampaio e Mário Soares

Político estrangeiro
Willy Brandt e Olof Palme

Acontecimento nacional
25 de Abril

Acontecimento internacional
Queda do Muro de Berlim

Livro
“Mensagem”

Autor
Fernando Pessoa

Filme
“O Senhor dos Anéis”

Músico
Fausto

estar a transformar a democracia em demagogia, com o deslocamento das questões políticas para a Comunicação Social”.

Homem de convicções e acção, Álvaro Santos Silva recorda como uma “experiência muito enriquecedora a vários níveis” a sua passagem pelo mundo sindical, nos finais da década de 70, como membro das direcções dos sindicatos das Telecomunicações e dos Capitães, Oficiais-Pilotos e Radiotécnicos da Marinha Mercante. “Aprendi muito, tanto do ponto de vista político como das relações interlaborais e pessoais”, afirma.

Desde sempre um apaixonado pela magia da rádio, este camarada esteve nos anos 80 ligado ao movimento das rádios locais. Membro da direcção da Associação Portuguesa de Radiodifusão, está actualmente “profundamente empenhado” na coordenação de um projecto-piloto de rádios “on-line”.

Homem de esquerda e militante de base

Álvaro Santos Silva, que se define como “um homem de esquerda e militante de base”, está particularmente contente com a liderança de Ferro Rodrigues. “É o melhor secretário-geral”, afirma, acrescentando: “Temos de estar todos unidos a apoiar o Ferro. Chegou a hora do PS se assumir, sem qualquer complexo, como partido de esquerda, que não abdica das suas convicções e princípios”. No último Congresso, adianta, “vi muita gente que estava afastada e que voltou ao Congresso para discutir ideias”.

Defensor de uma “renovação de pessoas” no partido, não poupa elogios às alterações estatutárias e da declaração de princípios, sublinhando que Augusto Santos Silva “fez uma boa síntese, conseguindo reproduzir no documento final as várias tendências no interior do partido”.

Sobre a última passagem do PS pelo Governo, o militante desta semana do “Acção Socialista” faz um balanço globalmente “positivo”, destacando, nomeadamente, a aposta que foi feita na área social, na defesa dos direitos dos cidadãos, na “excelente” presidência portuguesa da UE, e na defesa do ambiente. Por outro lado, considera como menos positivo “a falta de coragem para tomar medidas contra certos interesses instalados e um certo navegar à vista que marcou o segundo mandato, com ausência de uma estratégia”.

J. C. CASTELO BRANCO

ALARGAMENTO A DEZ NOVOS PAÍSES

UNIÃO TOMA A DECISÃO MAIS ARROJADA DA SUA HISTÓRIA

A Cimeira de Copenhaga ficará na história da União Europeia como uma das mais arrojadas, por ter tomado a decisão de incluir de uma só vez dez novos Estados-membros em 1 de Maio de 2004. “Um grande gesto histórico”, como afirma o presidente da delegação socialista portuguesa no PE, Carlos Lage. Os objectivos de paz, estabilidade e progresso alargam-se assim até às fronteiras da Rússia, importando agora que o aprofundamento possa prosseguir e que a União Europeia não se fique apenas por um enorme mercado com cerca de 455 milhões de habitantes, o terceiro maior do mundo a seguir à China e à Índia.

Os próximos dez Estados-membros são a Polónia, Hungria, Estónia, Letónia, Lituânia, República Checa, Eslováquia, Eslovénia, Malta e Chipre (mesmo que em relação a este país não tenha sido possível encontrar uma solução para a divisão que existe entre as comunidades grega e turca da ilha). Os maiores alargamentos efectuados pela União Europeia foram em 1973 com a Grã-Bretanha, Irlanda e Dinamarca e depois em 1995, com a Suécia, Finlândia e Áustria. Com o quinto alargamento da União Europeia são mais 76 milhões de habitantes e, pelo menos, mais seis novas línguas.

Muito mudará na nova União Europeia que, em relativamente pouco tempo desde a queda do muro de Berlim, conseguiu virar definitivamente uma página da história da Europa marcada por profundas divisões ideológicas. A exemplo do que aconteceu com Portugal e a Espanha em 1986, a União soube atrair para si um conjunto de países cujo passado recente foi marcado por ditaduras políticas, ajudando-os a consolidar a



democracia e abertura ao mundo. “Este alargamento vai aumentar extraordinariamente a diversidade e heterogeneidade política, histórica, linguística e cultural e económica da Europa”, afirma Carlos Lage. O eurodeputado, no entanto, considera que a gestão desta diversidade não implicará uma atitude diferente da União em relação ao seu modo de viver em conjunto.

No seio da União Europeia haverá uma recomposição das alianças, apesar da tomada de decisões por unanimidade estar destinada a desaparecer. A Cimeira de Copenhaga deu já um bom exemplo, com a Polónia a liderar uma aliança com a Hungria, República Checa e Eslovénia para obterem mais verbas para financiar o alargamento aos Dez, conseguindo-o com êxito, apesar de antes os

Estados-membros terem manifestado a sua intransigência em não ultrapassar os 40.400 milhões de euros para aquele fim.

Próximas adesões

A Turquia deu tudo para deixar de ser a eterna candidata a candidata às negociações. Pediu a influência dos Estados Unidos e até ameaçou aderir à NAFTA (acordo de comércio livre entre os Estados Unidos, Canadá e México). E conseguiu, mesmo que não tenha sido a tal “data apropriada por volta de 2003”, como pediu o futuro primeiro-ministro turco Recep Erdogan, líder do AKP. A questão é que, após 40 anos a bater à porta da União, e depois de as eleições terem sido ganhas por um partido de raiz islamista, o AKP, a Turquia conseguiu finalmente uma data para o início das negociações, em Dezembro de 2004. “A integração da Turquia é um dado irreversível e um facto importante para a concepção da grande Europa”, afirma Carlos Lage. Mas tudo vai depender ainda da capacidade da Turquia para evoluir no sentido do cumprimento aceitável dos critérios de Copenhaga, isto é, do respeito pelo Estado de Direito e pela democracia, pelos Direitos Humanos e pelas minorias, da implementação de uma economia de mercado sujeita às regras de concorrência e da capacidade para assimilar o acervo comunitário em termos jurídicos e administrativos.

Quanto à Roménia e à Bulgária deverão aderir em 2007.

P.P.

AGRICULTURA DESNORTEIA GOVERNO PORTUGUÊS

“O Governo português comportou-se de forma “desnorteada” na Cimeira de Copenhaga. Começou por ameaçar com o veto ao alargamento. Depois exigiu contrapartidas de quotas para a agricultura. E no fim ficou satisfeito por o Conselho registar que o País tem um problema específico. Na realidade Durão Barroso não conseguiu rigorosamente nada”, afirma de modo peremptório o eurodeputado António Campos, membro da Comissão de Agricultura do Parlamento Europeu.

A histórica cimeira de Copenhaga, registou um episódio protagonizado pelo Governo português, que vários responsáveis políticos consideram despropositado, por ter desviado as atenções do histórico alargamento para as exigências agrícolas. Com efeito, o secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, considera que a estratégia seguida pela Governo estava destinada a fracassar, como ficou patente na atitude de rejeição das pretensões portuguesas que vários responsáveis comunitários tiveram, designadamente o secretário de Estados dos Assuntos Europeus dinamarquês, Bertel Haarder e o comissário responsável pela agricultura Franz Fischler.

“O Governo colocou-se numa posição ridícula, porque esteve a pedir aumento de quotas para produções que nunca atingiram sequer os actuais limites, com excepção do leite”, afirma António Campos.

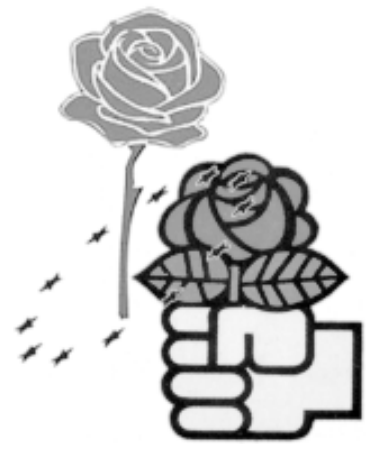
O eurodeputado considera “grave” a posição do Governo, “porque é uma tentativa de enganar os agricultores portugueses. Na sua opinião, a única atitude digna do Governo seria bater-se pela reforma da PAC do comissário Fishler e deixar de estar ao lado da França em defesa do actual *status quo*, “que é criminoso para a nossa agricultura”.

INTERNACIONAL SOCIALISTA DISCUTE ARTICULAÇÃO COM O PSE

A Internacional Socialista realiza no dia 17 de Janeiro, em Florença, uma reunião dos representantes socialistas na Convenção sobre o Futuro da Europa. No dia seguinte haverá uma reunião do *presidium* da Internacional Socialista, com a presença de António Guterres. Entre os temas da agenda está a articulação entre o PSE e a IS.

Nos dias 20 e 21, em Roma, reunirá o Conselho da Internacional Socialista, em que o secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, usará da palavra. Os temas em agenda são o seguimento da Cimeira de Joanesburgo sobre o desenvolvimento sustentável e a governação global.

Neste conselho, o vice-presidente da IS, Piero Fassino, tomará posse como coordenador do grupo de trabalho para a reforma da Internacional Socialista.



ÁGUA E SANEAMENTO

GOVERNO COMPROMETE MILHÕES DO FUNDO DE COESÃO

“Seria um escândalo se o País perdesse centenas de milhões de euros, só porque o Governo está a ser laxista na gestão do Fundo de Coesão”, designadamente da verba consignada para este ano para projectos de água e saneamento em todo o País, acusa o eurodeputado socialista Paulo Casaca, membro da Comissão do Controlo Orçamental do Parlamento Europeu.

São entre 150 a 170 milhões de euros que Portugal se arrisca a perder, pondo assim em causa os investimentos previstos no Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais.

Na origem deste problema está a demora em o Governo responder a um processo de infracção contra o nosso país levantado em 22 de Outubro, mas que ainda não teve resposta, apesar do prazo expirar no próximo dia 21 de Dezembro. Este processo foi levantado por alegado incumprimento da directiva sobre mercados públicos de serviços, o que obrigava o Governo a tentar resolver este conflito jurídico junto da Comissão Europeia rapidamente para não comprometer os projectos em curso.

Segundo Paulo Casaca, a resolução do problema tem sido também dificultada pelo facto de, em



Bruxelas, o ministro das Cidades, Isaltino de Morais e a ministra das Finanças, Manuela Ferreira Leite, não se conseguem entender em relação ao que tem de ser feito. “O Governo tem de trabalhar em conjunto e não estar cada ministro a dizer coisas completamente diferentes”, afirma.

Os projectos em causa são de importância estratégica para o país, já que pretende atingir até 2006 o objectivo de abastecer com água potável 95 por cento dos portugueses e dotar de saneamento básico 90 por cento da população. Para este ano aguardavam-se candidaturas para mais nove sistemas

municipais no Algarve, que desta forma poderão estar comprometidos.

O eurodeputado socialista interrogou a Comissão Europeia, tentando não só obter esclarecimentos, mas também demovê-la de tomar alguma decisão que venha a revelar-se injustamente penalizadora para o País. “Acha a Comissão Europeia, justo, razoável e proporcional penalizar um Estado-membro beneficiário do Fundo de Coesão em centenas de milhões de euros por dívidas relativas a procedimentos que existem há quase uma década sem contestação, quando violações flagrantes, assumidas e repetidas do direito comunitário por parte de outros Estados-membros não sofrem qualquer penalização desde que não sejam praticadas em acções que envolvam fundos comunitários?”, interroga o eurodeputado.

Sempre numa tentativa de evitar que o país seja prejudicado, Paulo Casaca insta a Comissão a dar um parecer sobre o futuro, mas sem pôr “em causa o financiamento do que foi feito, de boa fé, no passado, fazendo uma nova leitura dos factos e adoptando uma nova doutrina, já que se está perante uma situação inédita”.

P.P.

TERCEIRO PILAR

PARLAMENTO EUROPEU MOSTRA INSATISFAÇÃO AO CONSELHO

O Parlamento Europeu decidiu, por iniciativa do eurodeputado socialista Sérgio Sousa Pinto, mostrar a sua “profunda insatisfação” ao Conselho por estar a bloquear as propostas no âmbito do Terceiro Pilar, designadamente o pacote de medidas para combate ao terrorismo. Esta posição foi assumida numa declaração de voto a propósito de um relatório do eurodeputado sobre uma iniciativa da presidência dinamarquesa, que pretendia criar um sistema de troca de informações relativa à perda de direitos.

Sérgio Sousa Pinto, membro da Comissão das Liberdades Públicas, considerou ser dever do Parlamento Europeu “denunciar a cortina de fumo, feita de uma aparente hiperactividade legislativa, que contribui para disfarçar a letargia da União num domínio vital – sobretudo depois do 11 de Setembro – da incapacidade política do Conselho e dos Estados-membros, para fazer vigorar uma só medida relevante, oriunda da Comissão e prevista no seu plano de iniciativas”.

“Chovem propostas selvagens, isto é, que não fazem parte de nenhum plano nem entram no *scoreboard* da Comissão. Propostas arbitrarias, minúsculas, incoerentes, por vezes ditadas pela agenda política nacional que transformam o terceiro pilar num universo em expansão contínua, caótica, em todas as direcções, um novo burocrático sem pontas”, afirma o eurodeputado, sublinhando a necessidade de pôr cobro a uma situação que atinge foros de escândalo no domínio em que está sediado o combate à criminalidade transnacional.

Defender Estados de pequena dimensão

O eurodeputado socialista Luís Marinho assumiu uma atitude crítica em relação ao relatório Bourlanges, sobre a tipologia dos actos e a hierarquia das normas na União Europeia, por, particularmente no quinto parágrafo, segundo travessão, “sobressair uma desconfiança larvar para com os Estados de média e pequena dimensão”.

Manifestando a sua “distância” em relação à aprovação do relatório, o eurodeputado socialista manifestou-se contra a imposição de soluções constitucionais acabadas, que, neste caso, são penalizadoras para os Estados-membros que não concordam.

O relatório, que acabou por ser chumbado pelo plenário, propunha uma nova classificação dos actos comunitários por função: constitucional, legislativa e regulamentar.

HELENA TORRES MARQUES

TURISMO NA EUROPA PRECISA DE APOIOS EXCEPCIONAIS

O turismo europeu precisa de uma dinamização capaz de contrariar os sinais negativos para a actividade, devendo a União Europeia utilizar todos os instrumentos de que dispõe para o conseguir, defendeu a eurodeputada Helena Torres Marques no “Fórum Europeu do Turismo 2002”, que se realizou em Bruxelas.

Para reanimar a actividade, a eurodeputada considerou fundamental que seja promovida a qualidade e a segurança dos destinos turísticos europeus, dinamizados os investimentos e a criação de empregos no sector e a adopção de medidas excepcionais de apoio às companhias áreas.

“Este importante sector tem vindo a sentir um decréscimo nos últimos anos, muito por culpa do abrandamento das principais economias mundiais e da ameaça do terrorismo. A União Europeia não pode ficar à espera que a recessão passe ou que deixem de suceder actos terroristas e catástrofes ambientais”, sublinhou.

MARIA CARRILHO JUNTA DIPLOMATAS DA ÍNDIA E DO PAQUISTÃO

Pela primeira vez, os embaixadores da Índia e do Paquistão junto da União Europeia tiveram um encontro para discutir assuntos de interesse comum. Esta iniciativa inédita foi da eurodeputada Maria Carrilho, presidente da delegação do Parlamento Europeu para as Relações com os Países da Ásia do Sul.

A eurodeputada considerou que o encontro teve como objectivo “dar oportunidade a que as duas personalidades se sentassem à mesma mesa e debatesses os principais temas regionais de interesse comum”.

No final do encontro, que decorreu em Bruxelas, o embaixador indiano saudou a presença do seu homólogo paquistanês, considerando-o “extremamente útil e oportuno”.

OBSESSÃO MAIORITÁRIA



LUÍS MARINHO

A verdade é que o Parlamento Europeu tem sido, nas suas grandes posições de fundo, um poderoso aliado institucional de Portugal. Não pela importância numérica dos nossos deputados, mas porque sempre materializou nas suas votações, valores constitutivos essenciais da construção europeia que foram e sempre serão, pedras basilares da integração equilibrada de um país como o nosso.

Costumo dizer aos que encaram com um sorriso nos lábios a relevância do Parlamento Europeu, não acreditam na sua influência política e não escondem o seu desprezo pela pouca ou nenhuma significância do trabalho dos seus deputados, que tal visão não passa de uma grosseira deturpação da realidade, umas vezes justificada pela ignorância, outras pelo despeito e, vá lá, muitas vezes pela distância.

Verdade seja que este estado de espírito abranda quando se aproximam as eleições para o Parlamento Europeu, onde o discurso politicamente correcto, mesmo dos seus detractores, é exaltar a influência e importância de uma "presença na Europa", seja para a defender, seja para a demolir.

Esta linha de raciocínio levar-me-ia bem longe mas, por hoje, fico-me por aqui...

A verdade é que o Parlamento Europeu tem sido, nas suas grandes posições de fundo, um poderoso aliado institucional de Portugal. Não pela importância numérica dos nossos deputados, mas porque sempre materializou nas suas votações, valores constitutivos essenciais da construção europeia que foram e sempre serão, pedras basilares da integração equilibrada de um país como o nosso.

Os exemplos não faltam. Mas, para que o esquecimento não triunfe sobre a memória, sempre reafirmo *que nunca*, em nenhuma circunstância, o Parlamento Europeu alienou o valor da solidariedade e da coesão em favor dos países mais pobres. O que não é o caso de outras instituições como a Comissão ou o Conselho por onde, ciclicamente, passam correntes liberais e economicistas que não desdenhariam deixar os

países mais pobres à sua sorte...

Ainda há bem poucos anos, na refrega preparatória das perspectivas financeiras definidas no Conselho Europeu de Berlim, o Parlamento Europeu foi inflexível nos seus relatórios de fundo no apoio à *solidariedade e coesão*, votando sempre a favor da política estrutural e da manutenção da duplicação dos seus fundos, do que *Portugal beneficiou amplamente* como todos sabem, mas infelizmente, *com este PSD no Governo, poucos sentem!*

Isto dito, em jeito de memória, segue *outro exemplo* bem mais recente, ocorrido esta semana.

Num importante relatório do deputado da direita francesa sr. Bourlanges, sobre a tipologia dos actos e hierarquia das normas na União Europeia, ao qual não falta qualidade e importância para a sistematização e simplificação do sistema jurídico e do processo de decisão comunitário resvalou-se, talvez pela inércia do afã simplificador, para uma *desqualificação dos países de menores dimensões*, totalmente insuportável. Dizia-se no texto que o relator propôs, que a futura ratificação dos Tratados europeus deveria ser alterada, *"a fim de evitar que uma pequena minoria de Estados-membros, ou Estados que representem uma pequena minoria da população comunitária - por exemplo, menos de um quarto dos Estados-membros ou Estados que representem menos de um quarto da população comunitária - possa opor-se à ratificação do futuro Tratado, sem prejuízo de poderem ser negociadas entre a União e os Estados em causa formas especiais de cooperação"*.

É óbvia a *desconfiança larvar* para com os Estados de média e pequena dimensão, que me conduziu a marcar distâncias com este relatório. Por várias e simples razões:

Porque têm sido as divergências entre grandes Estados, sobre os assuntos mais importantes que têm impedido os avanços da União. *Não é por falta de vontade dos pequenos que a Grã-Bretanha não aderiu ao Euro ou ao espaço Schengen!*

Como também não é da sua responsabilidade a ausência de Europa social, a exiguidade do Orçamento, a falta de reforma da PAC, a crise na política estrutural ou as limitações dos instrumentos judiciais, necessárias à Europa da Liberdade, Segurança e Justiça. Do mesmo modo para a falta de vontade política na PESC, que não passa de um simulacro de política externa, face à hegemonia americana! Não cabe pois, em função do tamanho dos Estados, lembrar a crónica resposta do inolvidável *gendarme* de Casablanca *"mandem prender os suspeitos do costume"*!

Porque não são os quilómetros quadrados, as longitudes, as latitudes e o PIB *per capita* que medem a pertinência europeia! Por isso mesmo, *também não podem servir* para impor soluções constitucionais acabadas, restando a quem não concorda, ficar no vestibulo, isto é, *a um passo da porta de saída*. Isto, que eu disse, aprovou-o o Grupo Socialista Europeu. E em coerência *votou contra* tal concepção elitista, que foi derrotada por larga maioria na Plenária do Parlamento europeu.

Mais uma vez, agora em nome do princípio da igualdade, o P.E. aliou-se a quem devia e deu o sinal à Convenção, a Giscard e aos grandes Estados-membros que só há lugar, no futuro como até aqui, para *uma Europa de iguais!*

O CONTO DE NATAL DE DICKENS E DURÃO BARROSO



ANTÓNIO GALAMBA

O fantasma do Natal passado bem podia fazer uma visita ao primeiro-ministro, Durão Barroso, e à catalisadora da acção governativa Manuela Ferreira Leite. Uma visita que reintroduzisse o espírito de governar para as pessoas, em vez da obsessão em governar para o défice e para Bruxelas.

Tudo aponta para que o primeiro-ministro, Durão Barroso, venha ser assombrado com o fantasma do Natal passado, com as promessas formuladas e não concretizadas, com os argumentos estapafúrdios que mais não fazem do que colocar portugueses contra portugueses e contra as medidas injustas implementadas pelo Governo PSD/PP.

No plano da fantasia, felizmente que o Natal ainda é a 25 de Dezembro e o Pai Natal, de acordo com o orçamento disponível, procederá à distribuição dos presentes antes da reintrodução das portagens na CREL. Bem podia acontecer que uma qualquer rena, em protesto contra o pacote laboral ou contra a inexistência de vias alternativas, se recusasse a cumprir as suas obrigações. Certamente na visão do governo português, as crianças portuguesas têm sorte de a nossa tradição não corresponder à matriz espanhola de oferta de presentes nos Reis, em Janeiro.

Mas, fantasias à parte, o fantasma do Natal passado bem podia fazer uma visita ao primeiro-ministro, Durão Barroso, e à catalisadora da acção governativa Manuela Ferreira Leite. Uma visita que reintroduzisse o espírito de governar para as pessoas, em vez da obsessão em governar para o défice e para Bruxelas. Um encontro imediato que colocasse um ponto final na lógica de colocar o interior contra o litoral, o Norte contra o Sul, a Madeira contra os Açores, o continente contra as ilhas. O PSD no Governo tem primado por reintroduzir uma

lógica divisionista no País. Foi durante os seus governos que a lógica de rivalidade Porto/Lisboa foi mais acentuada. A lógica de que os cidadãos do interior não têm de suportar os custos da CREL e o resto do País não tem de contribuir para as diversas vias em regime de SCUT que estão a ser construídas no Interior, se levada ao extremo, conduz à total parcialidade em matéria de serviço público e das funções redistributivas do Estado. Um cidadão que paga os seus impostos que nunca andou de avião, segundo a lógica do Governo, tem alguma obrigação de contribuir para a construção de um novo aeroporto? Um cidadão não abrangido por um dos hospitais agora convertidos à gestão empresarial privada não tem de contribuir para a reconversão jurídica que custa mais ao Estado do que o Euro 2004. A grande questão é que os cidadãos que pagam impostos, contribuem para a construção, para a utilização e para a manutenção, sem que alguém cuide de avaliar a qualidade do serviço prestado. Senão, vejamos o caso da A8, em que o pagamento de portagem deveria corresponder a um serviço de duas faixas de rodovia no troço entre Loures e Bombarral, mas os utentes deparam-se frequentemente com condicionamentos de vias, para além de uma péssima concepção do traçado e respectiva construção. A proporcionalidade entre o custo e o serviço prestado é regularmente quebrado, sem que os cidadãos sejam ressarcidos do incumprimento das concessionárias ou do Estado.

O desespero do cumprimento do défice à custa dos que sempre pagam, sem tratar com eficácia da despesa, terá um impacto negativo na vida dos que têm de recorrer à CREL para aceder aos locais de trabalho em tempo útil. Desde logo porque um cidadão que, vivendo em Queluz, perfaça o troço Queluz-Odivelas desperdará anualmente cerca de 250 euros, isto é, parte substancial de um subsídio médio de férias ou Natal. Um cidadão que percorra toda a extensão da CREL com um veículo de classe 1 terá de suportar anualmente a quantia de 660 euros. Por outro lado, não creio que existam dúvidas sobre quem vai recair o pagamento dos 1161 euros que um veículo comercial de classe 2 vai passar a pagar.

Por tudo isto, porque a cegueira do défice e a pressão de alguns analistas políticos, impedirão o Governo de recuar na reintrodução das portagens da CREL, importa desenvolver um esforço para que a época festiva não turve o direito à indignação. À indignação face ao Governo, mas também face ao presidente da Câmara Municipal de Lisboa que, a troco de lentilhas partidárias, resolveu sustentar as posições do partido em prejuízo da defesa dos interesses dos milhares de cidadãos que trabalham ou estudam em Lisboa. O dr. Durão Barroso, da dra. Manuela Ferreira Leite e o dr. Santana Lopes serão responsáveis pelas condições de circulação no IC2 e na Segunda Circular, a menos que o fantasma do Natal passado consiga fazê-lo compreender o alcance económico e social da reintrodução das portagens na CREL.

O repensar do financiamento partidário é uma necessidade imperiosa, entre outras razões para que os partidos tenham mecanismos de defesa adequados face a possíveis acusações que visem a desestruturação do sistema.

O País tem sido assolado por uma “maré negra” de casos nos últimos meses. A uma velocidade estonteante, surgem novas revelações, sempre com contornos picantes, envolvendo frequentemente figuras públicas ou temas dramáticos que, em muitas das situações, lançam uma suspeita generalizada sobre o funcionamento das instituições e sobre a sua capacidade de dar resposta ao que ‘verdadeiramente’ importa aos portugueses. Tudo sempre com uma dose de escândalo à medida dos “prime-times” televisivos, em telejornais de hora e meia (que saudades dos noticiários das 8 às 8.30, com 25 minutos de notícias e 5 de desporto no fim!). Tudo é um escândalo, uma incompetência das instituições que quando fazem hoje deviam ter feito ontem. Todos são suspeitos até prova em contrário, quando o normal é exactamente o inverso.

É este o clima e é este clima que explica, em parte, a desconfiança que os portugueses revelam, nos estudos de opinião, em relação a todas as instituições. E o mais grave é que entre Assembleia da República, Sindicatos, Patronato, Tribunais, Forças Armadas, Partidos, ninguém se safava. Os portugueses pura e simplesmente deixaram de confiar nas suas instituições ou, hipótese que não deve ser desprezada, nunca confiaram. É este o contexto em que nos movemos. E não há nada de pior para um Partido do que agir como se a realidade fosse diferente daquela que existe.

A política partidária está por isso condicionada por vários constrangimentos, sendo que alguns deles são de sentido contrário.

Em primeiro lugar, a pressão mediática, particularmente intensa num contexto de estrangulamento financeiro dos grandes grupos de comunicação social, que vêem na violação de todas as regras do que é notícia a única forma de superar as suas próprias dificuldades de tesouraria. A luta desenfreada pelas audiências permite, muitas das vezes, tudo. O caso da Casa Pia está aí para prová-lo. O que se passou nos telejornais da SIC e da TVI, depois destas estações terem tido um papel decisivo no desencadear dos acontecimentos, foi, numa segunda fase, chocante – noticiários inteiros com exibição de filmes e fotografias de pedofilia que só o voyeurismo mais despurado justificava e cuja relevância jornalística era manifestamente nula.

Em segundo lugar, a necessidade de cimentar um chão comum de regras e procedimentos em que deve assentar o funcionamento da democracia e ao mesmo tempo manter a salutar e necessária divergência de pontos de vista e de opções entre os partidos. Este objectivo é tanto mais difícil quanto a própria institucionalização da democracia portuguesa é um processo ainda ferido de enormes fragilidades e, simultaneamente, a defesa da diversidade de opções implica uma negociação constante de equilíbrios entre as partes que, frequentemente, coloca em causa os princípios basilares do sistema. A este nível, a maioria parlamentar, ao sobrepor a sua vontade e necessidades contingenciais às regras de funcionamento da Assembleia da República, tem prestado um péssimo serviço à vida democrática.

Em terceiro lugar, numa tendência que não é nova, em Portugal há um afastamento das elites e de sectores dinâmicos da sociedade em relação à vida partidária. Este desencastramento é tanto mais grave quanto as elites portuguesas são já de si escassas e pouco autónomas, nomeadamente por relação ao Estado, e a sociedade portuguesa muito pouco dinâmica. A obsessão nacional com os

As medidas financeiras que este Governo aplica são uma “manta de retalhos” sem um sentido ou uma lógica unificadora.

1 – Com todo o respeito pelo Governo de Angola e com toda a esperança que as perspectivas de paz nos abrem para o futuro do Estado angolano, há que analisar com realismo o protocolo celebrado pelo Governo de Durão Barroso com o Governo angolano. Às grandes fanfarronadas que passavam por demonstrar a exemplaridade deste acordo, sucede-se alguma estranheza quando vemos a realidade fria dos números e do texto.

Segundo escreve Rudolfo Rebelo, no insuspeito “DN”, Durão perdeu a Luanda mais de 500 milhões de euros (mais de um terço da dívida) e assumiu o compromisso de diligenciar o “perdão” de cerca de dois terços da dívida às empresas portuguesas (incluindo as do sector financeiro). O Governo fica como “fiador” para “enfrentar” uma dívida com mais de dois mil milhões de euros. E o que se pode também questionar é a forma como o Governo português não apoia devidamente, nem salvaguardará suficientemente a posição futura das empresas portuguesas, neste quadro.

2 – O Governo Durão/Ferreira Leite faz o possível, de forma quase desesperada, se não para cumprir o défice orçamental de 2,8 por cento, pelo menos para ficar abaixo dos 3 por cento do PIB. A venda de património edificado e eventualmente de diversas redes (como a da PT) integram essa estratégia que visa compensar uma quebra de receitas fiscais (essencialmente de IRS, IRC e IVA), da ordem do milhar de milhões de euros.

Em qualquer caso, mesmo que o Governo conseguisse “segurar” o défice do Sector Público Administrativo em 2,8% do Produto Interno Bruto ou, pelo menos abaixo de 3 por cento, entende-se que não houve nenhum esforço estrutural no bom sentido, da alteração da estrutura das despesas o que, no âmbito da Comissão Europeia e dos seus serviços, já começa a ser criticado. Efectivamente, não tem este Governo apresentado nenhum projecto sério de reestruturação da Administração Pública (o que é indispensável para o melhor controlo da despesa corrente), tendo apenas promovido a fusão e a extinção indiscriminada de organismos públicos, bem como o despedimento dos trabalhadores da função pública que a isso estão expostos, pelo tipo de relação laboral a que estão ou estavam sujeitos. As medidas financeiras que este Governo aplica são uma “manta de retalhos” sem um sentido ou uma lógica unificadora. Foi nesse enquadramento que se inseriu a venda de património edificado, mal

UMA DEMOCRACIA EM DISSOLVÊNCIA?

independentes é um sinal desse mesmo desenraizamento dos partidos, que tentam resolver pela “porta do cavalo” um problema estrutural de desligamento da sociedade. Os novos estatutos do PS representam, aliás, a este propósito, uma tentativa de inversão da forma como se enfrentou tradicionalmente este problema, ao substituir soluções fulanizadas e contingentes por uma abordagem orgânica e estrutural. No entanto, há também que dignificar a própria actividade política, designadamente dignificando o papel da vida parlamentar e assumindo a necessidade de valorização remuneratória da classe política com funções executivas.

Em quarto lugar, em Portugal, do conjunto das instituições a operar no espaço público, os Partidos são, provavelmente, a mais nova. Esta juventude do sistema partidário é, naturalmente, causa da sua fragilidade e implica que todos dediquemos particular atenção à sua defesa. O repensar do financiamento partidário é uma necessidade imperiosa, entre outras razões para que os partidos tenham mecanismos de defesa adequados face a possíveis acusações que visem a desestruturação do sistema. O descalabro surpreendente e rápido da democracia italiana, na primeira metade dos anos 90, é um exemplo que devemos ter sempre presente.

Este conjunto de constrangimentos serve para criar uma atmosfera de desconfiança em relação ao sistema político e aos partidos em particular que a ninguém aproveita. Se a estes somarmos o clima de recessão económica e os problemas sociais que daí resultam, temos o caldo cultural propício ao populismo e à dissolvência da democracia. É bom que tenhamos isto presente e é bom que o conjunto dos partidos aja em conformidade. Defendendo e modernizando as regras de funcionamento da democracia e, essencialmente, não promovendo ‘casos’ apenas em nome de necessidades momentâneas e da agenda mediática. A democracia é algo de demasiado sério e frágil para que a utilizemos instrumentalmente e a sua defesa precisa de uma actuação preventiva. Antes que seja tarde.

P.S. - O Dr. Durão Barroso não consegue, após todos estes anos, perder os seus tiques maoístas. As suas declarações no passado domingo, dizendo que em 2006, “não há ninguém que nos apanhe”, para além de representarem uma tentativa mais ou menos desesperada de mobilização das tropas, são mais um exemplo de um Governo sem rumo, que, em desespero de causa, apela a um mundo radioso, mas daqui a uns anos. Até lá, salve-se quem puder.



PEDRO ADÃO E SILVA

FANFARRONADAS

preparada e mal organizada pelo actual Governo. É neste contexto que se integra o congelamento de investimentos e o adiamento de despesas que terão mesmo de ser feitas, algumas das quais o Ministério das Finanças estará a procurar adiar para 2003, esquecendo aparentemente as mais elementares regras da contabilidade nacional.

3 - O que se passa com o Programa português de Estabilidade e Crescimento? As alterações das regras decididas no contexto da União Europeia e da zona euro forçam os diferentes governos a apresentar novos programas. A ministra Manuela Ferreira Leite, antes de programar a sua vinda à Assembleia da República, para discutir a sua proposta, anuncia um debate com os deputados do PSD sobre o mesmo assunto. Entretanto, a Comissão de Economia e Finanças está a insistir na presença da ministra das Finanças no Parlamento e na entrega dos documentos adequados, preparatórios de tal debate internacional, no quadro da União Europeia. Efectivamente, se se pretendem zonas de acordo entre os principais partidos portugueses, um dos domínios essenciais é o da participação no aprofundamento da construção da União Europeia e no funcionamento mais adequado da zona euro. A convergência em aspectos essenciais do Programa actualizado de Estabilidade e Crescimento seria importante. Mas isso implicaria o atempado conhecimento da proposta governamental e um debate entre as diferentes forças políticas sobre o conteúdo das medidas económicas e financeiras bem como uma proposta de calendarização precisa da redução dos défices estrutural e orçamental.



JOEL HASSE FERREIRA

VISTO DE BRUXELAS

A GRANDE ILUSÃO



MANUEL DOS SANTOS

A reacção dos analistas económicos às medidas anunciadas pelo Governo, para conter o défice orçamental deste ano em 2,8 por cento do PIB, foi verdadeiramente surpreendente.

Com efeito, comentadores credenciados e respeitados, cuja seriedade e bom senso não podem ser postos em causa, apressaram-se a saudar as decisões da sra. ministra, qualificando-as como um verdadeiro “coelho tirado da cartola” no momento justo e adequado.

Existem diversos vícios de raciocínio na qualificação “apressada” da bondade da política do Governo.

Em primeiro lugar, o exercício de 2002 não está encerrado e ninguém em bom rigor pode assegurar que, mesmo com as medidas agora tomadas, o défice venha a ser inferior a 3 por cento do PIB. Por um lado, a receita fiscal continua no vermelho e a capacidade de expansão artificial das receitas extraordinárias está praticamente esgotada.

Por outro lado, é quase certo que a Comissão Europeia e, nomeadamente o Eurostat, não aceitarão algumas das operações financeiras agora lançadas o que obviamente obrigará a rever drasticamente as contas.

O Governo minimiza este risco quando anuncia que algumas operações de agora são semelhantes ao leilão das redes de telefones móveis de terceira geração. Só que não é exactamente assim e, de qualquer modo, já nessa altura as coisas não foram fáceis.

Em 2000, aquela operação financeira foi usada pela generalidade das países da UE, incluindo naturalmente Portugal (que nem sequer abusou), mas comprometendo, sobretudo, os países mais ricos da União Europeia. Por isso acabou por ser aceite.

Hoje a situação é completamente diferente e a receita proveniente da alteração do contrato de exploração com a Brisa, que permite a introdução das portagens na CREL a partir de Janeiro de 2003, surge como um expediente exclusivamente nacional para “compor” as contas públicas.

É, pois evidente, que “o jogo ainda vai a meio” e que podem ter-se enganado todos os que se apressaram a cantar hossanas à sra. ministra

É evidente que as medidas extraordinárias de ajustamento das contas não atingem minimamente o essencial, dado que não mexem com a trajetória negativa do défice estrutural, mas sobretudo porque adiam para o ano seguinte (2003) a necessidade de uma convergência financeira mais forte, logo, socialmente mais penalizadora.

das Finanças.

Cauteloso, como sempre aliás, o sr. governador do Banco de Portugal continua a pôr “água na fervura” e a exprimir algumas dúvidas sobre o êxito da operação-défice 2002.

Em segundo lugar, é evidente que as medidas extraordinárias de ajustamento das contas não atingem minimamente o essencial, dado que não mexem com a trajetória negativa do défice estrutural, mas sobretudo porque adiam para o ano seguinte (2003) a necessidade de uma convergência financeira mais forte, logo, socialmente mais penalizadora.

O Governo sabe perfeitamente que, dentro de certos limites, a questão do défice, no corrente ano, não existe para a Comissão Europeia, que por isso está disponível para aceitar um desequilíbrio até aos 3,4 por cento do PIB.

O processo dos défices excessivos que foi oportunamente desencadeado só terá consequências, como resulta claramente das comunicações da Comissão e do Conselho, se a situação se continuar a agravar em 2003. Este sim é um ano decisivo para as Finanças Públicas portuguesas.

Não tem qualquer sentido, pois, sacrificar as contas do próximo ano apenas para satisfazer os caprichos da sra. ministra e o seu desejo obsessivo de criar uma imagem de “dama de ferro”.

Dirão alguns que o cumprimento do objectivo de 2,8 por cento fixado pelo Governo, neste ano, se tornou absolutamente indispensável para melhorar as expectativas dos agentes económicos.

Sendo isso verdade, esse ajustamento só é útil quando obtido através de medidas de política que apontem claramente para a correcção estrutural, não produzindo qualquer efeito se apenas traduzir actos de contabilidade criativa que todos identificam e conhecem.

É óbvio que a gestão das expectativas também passa pelo equilíbrio da função “afecção de recursos” só que, no actual quadro da economia portuguesa, o que permite aumentar positivamente essas expectativas é a melhoria da qualidade da despesa pública e a verificação rápida da sua eficácia e eficiência, o que não é manifestamente o caso.

Finalmente e em terceiro lugar não pode esquecer-se (independentemente do processo de contabilização) a natureza e o efeito das medidas tomadas.

Ora o Governo obtém, se obtiver, o equilíbrio financeiro através de medidas que reduzem o investimento produtivo (mesmo o que é co-financiado pela União Europeia) ou se traduzem em delapidação do património físico ou do comportamento saudável dos agentes económicos e principalmente dos contribuintes.

É o que sucede, sem margem para dúvida, com a venda da rede fixa de telecomunicações à PT (à qual se juntou a transferência do imóvel das Picoas) e com o insólito perdão fiscal lançado pelo Governo do PSD e do PP.

Esta última operação é, aliás, verdadeiramente espantosa pois concretiza um retrocesso muito preocupante, no fortalecimento de uma relação sadia, entre o Estado e o cidadão no domínio da fiscalidade, construída pacientemente desde meados da década de 90, com o empenho, dedicação e competência do ministro das Finanças da altura, prof. Sousa Franco.

A cidadania fiscal e o orgulho no seu exercício, sofreram, com esta medida avulsa e destemperada do Governo, um golpe profundo e as suas consequências negativas só serão apreendidas muito mais tarde.

Por tudo isto, e muito mais, não compreendo algumas reacções de certos comentadores políticos e, sobretudo, espanta-me que o vírus do conformismo e da “tolerância”, com a política financeira do Governo, esteja a condicionar e a amenizar os comentários de alguns socialistas, que foram responsáveis das políticas orçamentais de António Guterres.

Portugal precisa de uma política orçamental credível, como bem lembrou o BCE, pelo que é hoje inaceitável qualquer tolerância com manobras orçamentais de pura ficção.

NESTE NATAL,
FAÇA
UMA BOA
ACÇÃO



Ofereça uma assinatura do Acção Socialista.

ORGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA



O PURISMO LIBERAL

BRUNO ROCHA

anatoli@aeiou.pt

A. É já um lugar-comum afirmar-se que a economia portuguesa padece de um problema de produtividade e, em consequência, de competitividade. Os empresários actuam privilegiando o curto prazo, não raras vezes as tecnologias utilizadas são obsoletas, as organizações têm deficiências, o investimento em formação é reduzido. E, não bastassem os inúmeros documentos que sobre isto se debruçam, o actual momento de fragilidade da economia do país oferece a inelutável prova da realidade – o velho modelo de crescimento extensivo sucumbiu à alteração da conjuntura internacional. As dívidas em que os agentes económicos incorreram parecem mostrar que não vivemos senão ilusoriamente – até na banca se venderam activos (participações) para pagar créditos junto do exterior.

O diagnóstico está feito à exaustão. Todavia, a quantidade de estudos e artigos que incidam sobre medidas a adoptar é consideravelmente menor. Recorde-se a apologia do “exemplo” irlandês publicado recentemente em “Economia Pura” (Agosto) por Miguel Frasquilho, no qual de forma simplista se faz depender indirecta e quase exclusivamente os aumentos de produtividade da diminuição do IRC, através do aumento de Investimento Directo Estrangeiro (IDE). Isto é: diminui-se o IRC, atrai-se o IDE e, como este é o principal factor de aumento de produtividade, esta automaticamente crescerá.

Enquanto ramo de vanguarda da ciência económica, a economia da inovação tecnológica valoriza a complexidade dos processos económicos e sociais, e assume-se como uma alternativa à ortodoxia liberal, que se funda no individualismo metodológico. A assunção da ortodoxia é tanto mais perigosa quanto se está em presença de um tecido empresarial habituado a agir resguardado da concorrência, com trabalhadores pouco qualificados. Existe uma miopia de gestão – disto decorrerá que, em larga medida, cabe também ao Estado a promoção do investimento empresarial em Investigação e Desenvolvimento (I&D), bem como a criação e financiamento (parcial) de instituições de interface tecnológico, vocacionadas para a adaptação e transferência de conhecimentos científicos e tecnológicos para a economia. Mas a extinção do Ministério da Ciência e Tecnologia e o regresso que se perspectivava ao obsoleto modelo linear de I&D (que apenas atribui ao Estado a investigação básica, ou seja, a produção de conhecimentos científicos) fazem supor um retrocesso de consequências que podem ser nefastas.

A proposta de Frasquilho, ideologicamente enviesada, ignora a especificidade do trajecto histórico da economia portuguesa, e a complexidade que pressupõe a difusão de inovações tecnológicas pela economia. Mais: desvaloriza a criação interna de tecnologia, daí resultando legítimas dúvidas sobre a sustentabilidade e os reais benefícios (e sua distribuição pelos diferentes sectores da sociedade) dos aumentos de produtividade assim gerados.

B. Hoje, o mundo começa a perceber que a criação de um mercado global desregulamentado, conjugada com a manutenção de estruturas políticas de âmbito nacional, introduziu desequilíbrios e desordem na economia. Na instabilidade o crescimento é menor e beneficia os mais poderosos. Um pouco por todo o lado a soberania económica nacional e a própria essência da democracia vêem-se ameaçadas, prostrando-se perante os interesses dos grandes grupos. O fosso entre ricos e pobres aumenta, porque a ortodoxia restringe a política orçamental e o poder dos grupos transnacionais provoca a degradação da base fiscal e condiciona para além do admissível a actuação dos governos.

É neste cenário de acumulação insuportável de tensões que Durão Barroso revisita Thatcher. Precisamente

quando se vislumbra o princípio do fim de um ciclo, quando regressar à democracia como condição necessária do desenvolvimento é um imperativo, Portugal corre o risco de experimentar o caminho trilhado pelo Reino Unido dos anos 80, com as consequências conhecidas.

Actuando pró-cíclicamente e agravando a injusta distribuição de rendimento da economia portuguesa (aliviando a tributação do capital e do rendimento em desfavor, respectivamente, do trabalho e do consumo), o actual Governo deprime a procura interna e aumenta o desemprego. Promove-se deste modo a estagnação ou baixa dos salários reais, que a precarização dos vínculos laborais e as negociações bianuais vêm potenciar, fazendo-se depender a competitividade dos baixos custos do factor trabalho, o que introduz um sinal de não-desenvolvimento futuro.

Assim, em suma, se cria um conveniente exército de reserva – eis como conceitos que a ortodoxia votara à condição de arqueológicos reganham a actualidade que talvez nunca tenham perdido.

Um dos pretextos que o Governo utiliza para justificar as actuais medidas é o défice das nossas contas externas. Existe, pois, uma necessidade de aumentar as exportações e/ou diminuir as importações, com a qual todos concordamos. Ocorre que o nosso défice não é de tipo conjuntural,

mas estrutural – é, mais uma vez, no absoluto imperativo de aumento da produtividade que reside o fulcro. Não necessitamos de exportar mais do mesmo, mas acrescentar valor às exportações. Note-se: não existem economias que exportem sustentadamente valor, tecnologia e qualidade que não possuam um mercado interno forte e exigente – neste momento de impasse histórico, os esforços de política económica devem, já, potenciar estas sinergias, naturalmente sem prejuízo de medidas de curto prazo que discriminem positivamente as exportações. Mas estas não podem justificar o inédito ataque aos direitos dos trabalhadores que presenciamos.

C. Prepara-se então um país em que o exclusivo motor de crescimento são as exportações de reduzido valor acrescentado – o benefício, substanciando-se na fiscalidade, na legislação laboral, na excessiva contenção salarial e no desemprego, recairá sobretudo num pequeno capital português, que percebe o trabalhador e o investimento em inovação como custos, e no capital transnacional em busca da vantagem imediata, abalando assim que esta cessa. Um país que embarca no purismo liberal e privatizará empresas de sectores-chave da economia portuguesa (ignorando que nem sequer o momento é o adequado, pois, como referia Mário Soares, as empresas acabarão por ser entregues a estrangeiros, dada a presente fragilidade dos grupos portugueses). Uma economia dividida, com os mecanismos de transferência de riqueza diminuídos, perdida num fosso social cada vez maior.

A quem nos pretende aproximar Durão? À Europa? Ou à América Latina?

POR UMA DEMOCRACIA DOS INDIVÍDUOS

MARCOS TEIXEIRA DA FONTE
ARAGÃO CORREIA

O Partido Socialista Português sempre representou qualidades intrínsecas reveladoras dum conceito superior de Democracia. Etimologicamente, a raiz do termo assenta na governação do povo. Mas esta conceitualização, isenta de considerações reflexivas mais delimitadoras e concretas, revela-se insuficiente para caracterizar um regime que se pretende verdadeiramente abrangente quanto às garantias dos cidadãos (entenda-se de todos e não de apenas alguns). Em nome duma definição restrita de democracia, podem-se originar graves atentados aos direitos que se entendem como naturais, dos indivíduos. É conhecida a expressão “ditadura da maioria”, e é de facto o efeito consequente duma causalidade restritiva na especificação daquele parâmetro ideológico. As ditaduras de maioria, ou seja, regimes que assentam neste tipo de concretização material, demonstram um total desprezo pelos direitos inerentes das suas minorias, porque, segundo este ponto (objecto) de vista, a maioria é que ordena tudo, porque, para estes, isto é democracia. Em nome duma “democracia” deste tipo, pode-se legitimar, como já aconteceu na História por diversas vezes, regimes verdadeiramente autoritários e atentatórios dos direitos, liberdades e garantias pessoais. Isto porque, se a maioria o assim desejar, é democracia. Mas não nos deixemos cair na falácia oposta. Ou seja, nas ditaduras das minorias, regimes consubstanciados na ausência de equilíbrio governamental, porquanto bloqueadores por completo de decisões de carácter geral ou específico que não afectam aqueles mesmos direitos individuais. Pretender um modelo como este último, é pretender efectuar uma estagnação na necessária evolução governativa, evolução esta que é legítima e normal no quadro de aperfeiçoamentos legislativos que não põem em causa o conteúdo caracterizador da esfera intocável dos cidadãos. A democracia que se deseja, a verdadeira Democracia, é uma democracia baseada no respeito total pelos direitos, liberdades e garantias, que abranja, quanto à forma, todos os naturais mais os consagrados pelos instrumentos legislativos (e pelo legislador em última análise). Estes são invioláveis. Consubstanciando estas considerações em todos os seus actos, o poder instituído pode então, e com plena liberdade, decidir tudo o demais, baseando-se na vontade da maioria. Deste modo, compreende-se que todas as ditaduras sejam de raiz fascista sejam de raiz comunista, não respeitam este equilíbrio governativo. Afere-se como óbvio as razões pelas quais a Constituição portuguesa não permite a constituição de organizações fascistas. Como se afere também de modo bastante óbvio, que só por razões históricas, a nossa Constituição não o alargou, também de forma explícita, em relação às organizações comunistas, que mais não são que formas fascistas de extrema-esquerda, ou, mais popularmente designadas, como fascismo social. Os exemplos que nos vêm, actualmente, aos sentidos através dos órgãos de Comunicação Social, são reveladoras que ainda hoje, infelizmente, existem no nosso país organizações que se reclamam destas formas de actuação, e que, embora autodenominando-se diferentes de catastróficos modelos internacionais passados, mais não são, na prática, do que a consubstanciação total daqueles mesmos regimes ditatoriais (o que aliás não podia deixar de ser, dado que o seu fundador principal a caracterizou como “ditadura do proletariado”).

Orgulhosamente, o PS desempenhou, nos anos conturbados pós revolucionários, um papel crucial pela defesa da verdadeira (única) Democracia, impedindo que Portugal não se transformasse genuinamente, num Estado de Direito democrático. A governação mais recente do PS pautou-se por métodos equivalentes de defesa destes parâmetros, de que são exemplos o uso mais frequente do instituto do referendo, a implementação duma política de diálogo, o respeito pelas posições dos membros do partido, e muitos outros exemplos que seguem a mesma linha de acção. O nascer dum Estado moderno de Direito implica também a liberdade de consciência dos seus cidadãos, seja no campo da meta ou simplesmente física, seja no campo mais vasto da manifestação e consequente consubstanciação da opinião. Assim, mostra-se como ideal o modelo português, baseado na separação necessária entre as Igrejas e o Estado. Só assim se concretiza em pleno o conceito democrático de governação. Todos são livres de praticarem o culto que desejam, desde que, como é óbvio, o mesmo não implique qualquer actividade criminosa. Todos são livres de pertencerem a um Estado, que não os discrimine estatuidando que a religião oficial é outra que não a sua. Os Estados Unidos da América constituem um exemplo extremamente positivo no que também respeita a estes factores de democracia, gerindo de um modo equilibrado e muito sensato o conjunto destes factores sensíveis da ordem democrática. Portugal, embora o tendo efectuado mais tardiamente, vítima da estagnação fascista de extrema-direita, não fica hoje atrás, muito pelo contrário, possui o nosso País hoje, sem dúvida, uma, senão mesmo a melhor, Constituição do globo. Defendendo a soberania e integridade nacionais, imprescindíveis para a existência do Estado, a Constituição portuguesa constitui um flagrante de idealização concreta dos valores que se desejam para um País moderno, democrático, global e funcional para todos os seus cidadãos. O triunfo da Razão é um facto dos nossos dias, e o progresso científico, indispensável para a evolução da Humanidade, com a correspondente compreensão dos fenómenos universais, e o arruinar dos falsos mitos espirituais propagados em nome de ilusórias promessas destinadas a preencher o vazio do campo da morte, apresenta-se como um factor imprescindível para a vitória da verdade e, consequentemente, da vitória desse animal racional que é o Homem. O PS é o único partido que corresponde a todos estes designios de forma plena. O único que leva a esperança da vitória ao altar dos portugueses. O único assente numa genuína democracia dos indivíduos.

Orgulhosamente, o PS desempenhou, nos anos conturbados pós revolucionários, um papel crucial pela defesa da verdadeira (única) Democracia, impedindo que Portugal não se transformasse genuinamente, num Estado de Direito democrático.

A SEMANA PREVISTA

Almeida Santos é hoje homenageado na Assembleia da República pelo seu actual Presidente, numa cerimónia em que será descerrada uma placa comemorativa e que contará com a presença do secretário-geral do PS.

No seguimento das reuniões com os partidos políticos e os parceiros sociais, Ferro Rodrigues desloca-se hoje à sede dos Verdes, sexta-feira à sede da CAP e na segunda-feira às da CCP e do PP. No mesmo âmbito o secretário-geral do PS tem também prevista sexta-feira uma reunião com o cardeal-patriarca de Lisboa.

Promovida pelo Partido Socialista, arranca amanhã uma campanha de recolha de assinaturas contra a reposição de portagens na CREL.

Os funcionários do Partido Socialista de todo o País participam na próxima sexta-feira num almoço de Natal com Ferro Rodrigues.

O secretário-geral desloca-se domingo a Montalegre onde participará numa festa de Natal socialista organizado pelo PS/Vila Real.

Em antecipação, o "Acção Socialista" informa que Ferro Rodrigues, António Guterres, Mário Soares, José Lamego e Jorge Sampaio estarão em Brasília a 1 de Janeiro para a cerimónia de posse do novo Presidente do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva.

**BOAS-FESTAS
E UM ANO DE
2003 MAIS
FELIZ**

Está a terminar 2002. Foi um ano difícil, porque o Governo foi particularmente afrontoso para os trabalhadores e para os portugueses em geral. Esperemos que o ano novo que vai entrar seja mais positivo. O País precisa. Todos nós precisamos. O "Acção Socialista" tem procurado seguir atentamente toda a vida política nacional. Mas chegou agora também a altura de pararmos a edição do jornal do nosso partido durante cerca de duas semanas para as festas de Natal e Ano Novo, período em que, por motivos óbvios, é grande a escassez de informação. Voltaremos no início de 2003, com o mesmo empenho que temos mostrado até aqui. A equipa do "Acção Socialista" deseja ao nosso secretário-geral, Ferro Rodrigues, e a todos os socialistas e simpatizantes um feliz Natal e um bom Ano Novo. Desejamos que em 2003 os portugueses possam ver renascer a esperança num futuro melhor.

SEG. TER. QUA. QUI. SEX. SÁB. DOM.



Quero assinar o Acção Socialista na modalidade que indico

Junto envio o valor da assinatura

Quero renovar a assinatura

Junto envio o valor da assinatura

Cheque

Vale de correio

12 meses

Por favor remeter este cupão para:

Acção Socialista
Avenida das Descobertas, 17 - Restelo
1400-091 Lisboa

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

Assinaturas

12 meses

52 números

Continente

25 €

Regiões Autónomas

32 €

Macau

54 €

Europa

63 €

Resto do Mundo

92 €

O valor das assinaturas
de apoio é livremente fixado
pelos assinantes
a partir dos valores indicados



ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

FICHA TÉCNICA

Director Augusto Santos Silva

Director-adjunto Silvino Gomes da Silva
silvinogomes@partido-socialista.pt

Coord. Administrativo e Financeiro José Manuel Viegas

Grafismo Miguel Andrade

Redacção J.C. Castelo Branco
castelobranco@partido-socialista.pt

Mary Rodrigues

maryr@partido-socialista.pt

Paulo Pisco

Paginação electrónica Francisco Sandoval
fsandoval@partido-socialista.pt

Edição electrónica Joaquim Soares

José Raimundo

Francisco Sandoval

Internet www.ps.pt/accao

E-mail Accao.Socialista@partido-socialista.pt

Redacção, Administração e Expedição Avenida das Descobertas 17

Restelo - 1400-091 Lisboa

Telefone 21 3021243 Fax 21 3021240

Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido

Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X

Impressão Mirandela, Artes Gráficas SA
Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa